

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC - SP**

Thiago Brito Rebouças

O impeachment de Dilma Rousseff: ordem e disciplina nos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo

Mestrado em Comunicação e Semiótica

**São Paulo
2019**

Thiago Brito Rebouças

*O impeachment de Dilma Rousseff: ordem e disciplina nos editoriais dos jornais
Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*

Mestrado em Comunicação e Semiótica

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de título de MESTRE em Comunicação e Semiótica na área de concentração Signo e Significação nas Mídias, sob a orientação da Prof.^a Dra. Leda Tenório da Motta.

São Paulo

2019

Banca Examinadora

Dedico com amor a Tracy, minha esposa,
e Fátima, minha mãe

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

É impossível listar todos que de alguma forma contribuíram para que eu tivesse condições de realizar este trabalho. O risco de deixar alguém de fora é inescapável. Desta feita, destaco minha orientadora, Leda Tenório da Motta, por me guiar com segurança, assertividade e ternura em meio às inseguranças e dificuldades do processo de elaboração deste conteúdo.

Agradeço a todos os professores e professoras do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGCOS/PUC-SP) pela dedicação e competência exemplares com as quais desempenham sua nobre tarefa de educar para um pensamento independente. Às professoras Gabriela Pavanato e Drica Guzzi, que dedicaram tempo e atenção ao meu trabalho na qualificação e na defesa, meu agradecimento especial.

Pela compreensão de minha ausência em encontros e momentos de lazer, agradeço amigos e familiares.

À minha esposa, Tracy, registro minha dívida eterna por sua parceria, presença e paciência ao longo desses 2 anos e meio de mestrado. Obrigado por sempre me incentivar, mesmo quando eu esmorecia.

A Tales Rocha, Laíz Sousa, Mariana Nepomuceno e Sarah Alves, da Agência Galo, pela possibilidade ímpar que me concederam ao permitir que eu fizesse o mestrado em meio à intensa rotina de trabalho da empresa. Sou eternamente grato e devedor. Com especial reverência, agradeço a Carlos Faraco pela revisão do projeto de pesquisa.

Por fim, agradeço a todos os pesquisadores e pesquisadoras do Brasil, pelo fundamental trabalho de produção de conhecimento que realizam nas universidades do país.

“O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (Michel Foucault, “A Ordem do Discurso”).

RESUMO

REBOUÇAS, Thiago Brito. **O *impeachment* de Dilma Rousseff**: ordem e disciplina nos editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

Voltada aos editoriais publicados pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* no período que antecedeu o *impeachment* de Dilma Rousseff, consumado em 31 de agosto de 2016, a presente pesquisa tem por objetivo precípuo assinalar o caráter disciplinador dos textos aí em pauta. Trata-se de mostrar a construção da tese da inevitabilidade da queda da presidente pela marcha opinativa dos editoriais dos mesmos periódicos. O *corpus* em análise compreende um total de 16 textos editoriais publicados entre novembro de 2014 e abril de 2016. O principal referencial teórico mobiliza o pensamento do filósofo francês Michel Foucault no que tange aos poderes de controle dos discursos. Ademais, não nos escapa a tarefa de apresentar as empresas - *Folha* e *Estado* - para que possamos comparar suas origens e *práxis* política ao material que forma o *corpus* da pesquisa. Por fim, fazemos uma análise do texto editorial enquanto categoria do jornalismo opinativo, discorrendo sobre seus usos e características, além de dialogarmos com outras pesquisas que têm editoriais como objeto.

Palavras-chaves: Editorial. *Impeachment*. Discurso. Poder. Jornais.

ABSTRACT

REBOUÇAS, Thiago Brito. **The *impeachment of Dilma Rousseff***: order and discipline in the editorials of newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*. 2019. Dissertation (Master's in Communications and Semiotics) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

Aimed at the editorials that were published by newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* during the period that preceded Dilma Rousseff's impeachment, which was confirmed on 31 August 2016, the present research argues that there was a disciplinarian disposition in those articles. We point out that the impeachment thesis was deliberately built in the editorials in order to convey a message about the inevitability of the president's ousting. The corpus under analysis comprises a total of 16 editorial texts published between November 2014 and April 2016. The main theoretical framework mobilizes the thinking of the French philosopher Michel Foucault regarding the powers of discourse control. Moreover, we do not escape the task of presenting the companies - *Folha* and *Estado* - so that we can compare their origins and political praxis to the material that forms the corpus of the research. Finally, we make an analysis of the editorial text as a category of opinionated journalism, discussing its uses and characteristics, and dialoguing with other researches that have editorials as their object.

Keywords: Editorial. *Impeachment*. Discourse. Power. Newspapers.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	REFERENCIAL TEÓRICO: A ARTICULAÇÃO ENTRE PODER E DISCURSO	22
2	AS EMPRESAS	40
3	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	61
4	O EDITORIAL NO ÂMBITO DO JORNALISMO	83
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada nesta Dissertação se debruça sobre uma categoria específica de textos opinativos jornalísticos: os editoriais, artigos que expressam a opinião das empresas que publicam os jornais. Beltrão (1980, p. 51) observa que “é através do editorial, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade”.

Tomamos os artigos editoriais, assim, como objeto para o entendimento da maneira pela qual as empresas que os publicam expressam seus valores e interesses. Propomos, efetivamente, uma leitura dos editoriais enquanto espelhos do caráter das instituições:

Os textos jornalísticos veiculam, além de informações, as ideologias de quem os produz, sempre em consonância com o perfil de seu público leitor. Desta forma, um estudo do discurso da imprensa e das formas de representação dessas ideologias pode contribuir para a compreensão do papel que a mídia exerce na sociedade (OLIVEIRA, 2015, p. 59).

Corroboramos, em nossa investigação, o entendimento de que o jornalismo é muitas vezes utilizado para forjar um consenso social a respeito de temas e modos de ver o mundo, construindo uma visão hegemônica que pouco pode ter a ver com os interesses do cidadão ou a complexidade social.

Momentos de maior dramaticidade da vida política, como invariavelmente são os episódios de *impeachment* presidencial, nos proporcionam oportunidades privilegiadas para uma análise que busca exemplares incisivos da opinião de atores relevantes do jogo democrático, categoria onde estão os donos de empresas de mídia. Neste sentido, para este estudo, nós buscamos, nos editoriais dos jornais paulistas *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, tomados como exemplares fortes da imprensa tradicional brasileira, o entendimento da índole das empresas que os publicaram e, especificamente, apontar a marcha argumentativa de cada uma com relação ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, assinalando o caráter disciplinador e violento de seus discursos.

O aumento de vendas dos jornais, principalmente a partir do século XIX, estabeleceu definitivamente o meio como importante voz nos debates nacionais: “o jornal do século XIX contribuiu para a formação de uma consciência nacional, por

tratar seus leitores na condição de comunidade, um público nacional” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 39). A força das opiniões dos grandes jornais, como veremos neste trabalho, é algo que remonta ao nascimento da comunicação impressa e está registrada na história. Assim, por exemplo, “a lei japonesa de imprensa, de 1875, especificava que o ministro do Interior (pode) proibir a venda ou distribuição de jornais ou, se necessário, recolhê-los, quando julgar que os artigos perturbam a paz e a ordem ou ofendam a moral” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 196).

No Brasil, em 13 de dezembro de 1968, durante o período da ditadura civil-militar, a publicação do editorial “Instituições em frangalhos” pelo jornal *O Estado de S. Paulo* desencadeou a apreensão de todos os exemplares da edição daquele dia pelos militares e inaugurou o período de maior violência e cerceamento à liberdade de opinião da imprensa (MARCONI, 1980).

O surgimento da imprensa conforme a entendemos atualmente — instituições que apuram, reúnem e publicam notícias e comentários sobre o cotidiano — foi certamente alavancado pelo surgimento da técnica de impressão em papel, uma das primeiras formas de registro e distribuição, em larga escala, do discurso. Esse entendimento da função informativa da imprensa, contudo, está fortemente atrelado à ideia do jornalismo no sentido em que se atribui a ele a tarefa de reportar os fatos, especialmente aqueles relacionados a assuntos de interesse público: “Journalism informs society about itself and makes public that which would otherwise be private”¹ (HARCUP, 2009, p. 3).

O papel da imprensa e dos jornalistas, contudo, não deixa de ser controvertido e gerar debates: “a falta de confiança nos ‘jornalistas’ já era lugar-comum no século XVII” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 12); “o papel dos jornalistas, homens — havia poucas mulheres antes da década de 1890 — que colhiam notícias, e dos editores que as selecionavam, compilavam, apresentavam e interpretavam sempre foi controverso, e essa característica cresceu com o aumento das vendas” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 197).

Apesar das discussões — que persistem e seguem relevantes até hoje — acerca do papel da imprensa e dos jornalistas, os historiadores da mídia Asa Briggs e Peter Burke (2006) observam que os jornais impressos, desde o século XIX, contribuíram para a formação de uma consciência nacional nas sociedades onde

¹ “O jornalismo informa a sociedade sobre si mesma e torna público aquilo que de outra maneira seria privado”. Tradução nossa.

atuam, por tratar seus leitores na condição de comunidade (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 39). “Genericamente, os jornais contribuíram para o aparecimento da opinião pública, termo que tem seu primeiro registro em francês por volta de 1750; em inglês, em 1781; e em alemão, em 1793” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 78).

Com *Mudança estrutural da esfera pública* (1962), o filósofo alemão Jürgen Habermas ampliou a noção dessa consciência nacional das sociedades e trouxe para o campo da esfera pública a discussão de ideias entre Estado e sociedade. Sua contribuição é especialmente importante pelo entendimento da mídia como um sistema que possibilita o surgimento de atitudes racionais e, eventualmente, críticas a respeito da função do Estado, a despeito do efeito negativo — manipulação — que Habermas também atribui aos meios de comunicação de massa (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 78). O professor britânico de jornalismo Tony Harcup aponta as tensões entre a esfera pública como importante fórum de debate e a atuação da mídia nesse espaço:

The idea of the public sphere rests on the existence of a space in which informed citizens can engage with one another in debate and critical reflection; hence its relevance to discussions of the media. Jürgen Habermas traces the rise of the public sphere in Europe in the late 17th and early 18th centuries and argues that increasing commercialisation led subsequently to the decline of the public sphere and the press as a space that enabled the people to reflect critically upon itself and on the practices of the state² (HARCUP, 2009, p. 5).

Dar publicidade a assuntos relevantes para a vida das sociedades e gerar discussões sobre eles nos parece ser um dos pontos pacíficos com relação à tarefa do jornalismo e, por conseguinte, dos jornalistas. Todavia, esse entendimento não vem sem nuances, especialmente quando consideramos que o jornalismo está inserido em sociedades capitalistas e deve ser compreendido como atividade empresarial que visa à geração de lucro. Neste sentido, Clóvis Rossi chama a atenção para algo que nos interessa especialmente nesta Dissertação, a saber, o caráter de persuasão do discurso jornalístico:

² “A ideia da esfera pública repousa sobre a existência de um espaço no qual cidadãos informados podem interagir por meio de debate e reflexão crítica; daí sua relevância nas discussões sobre a mídia. Jürgen Habermas registra como se deu o surgimento da esfera pública na Europa no fim do século 17 e início do século 18 e argumenta que o crescimento do comércio eventualmente levou ao declínio da esfera pública e da imprensa como um espaço que proporcionava a reflexão crítica das pessoas sobre elas mesmas e sobre as práticas do Estado”. Tradução nossa.

Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens (ROSSI, 2007, p. 12).

A despeito da missão do jornalismo de expor fatos e informações que dizem respeito ao público e fiscalizar a conduta daqueles que exercem o poder, a discussão sobre sua atuação e função na sociedade se torna mais complexa, portanto, quando envolve o entendimento de que os textos jornalísticos são produzidos por empresas privadas em um cenário de disputa econômica.

A análise dos editoriais, objeto desta Dissertação, implica no apontamento de que há tensões quando da atuação de empresas privadas em nome do interesse público — textos opinativos publicados em veículos jornalísticos materializam essa questão. Sabemos — e, atualmente, isso é devidamente comunicado aos leitores nos grandes jornais — que o editorial é o espaço nitidamente reservado à opinião institucional da empresa jornalística, mas estudiosos do tema nos alertam que não é apenas nele que o veículo de imprensa expressa sua opinião.

Neste sentido, conforme Melo (2003), devemos ter em mente que “a seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição para expressar a sua opinião” (MELO, 2003, p. 75). Sob este ângulo, portanto, a opinião daqueles que publicam o jornal está em cada uma das notícias publicadas em suas páginas, até mesmo no destaque dado (ou negado) a elas, e não apenas no espaço restrito ao editorial.

Dito isso, reforçamos que nosso objetivo, com o estudo apresentado nesta Dissertação, é mergulhar no editorial enquanto espaço privilegiado para o entendimento do posicionamento político individual da empresa e plataforma para a divulgação — de forma impositiva e disciplinadora — de seus objetivos a leitores que compõem a elite econômica e política do país. Esses leitores, nesse sentido, são interlocutores estratégicos para os jornais, dada sua posição de poder na sociedade. A partir dessa perspectiva, nos propomos a assinalar a marcha argumentativa de editoriais da *Folha de S. Paulo* e d'*O Estado de S. Paulo*, de modo a sustentar, conclusivamente, que tais veículos impuseram à sua audiência a necessidade de troca do comando presidencial.

Ao longo do período examinado, a *Folha* dedicou muita atenção à possível queda da presidente, mas hesitou em defender o *impeachment* e

repetidamente apontou que “a lei que define crimes de responsabilidade permite impeachment por quase qualquer motivo” (*Sem Bananas*, Folha de S. Paulo, 25 de agosto de 2015, p. A2). Até que, finalmente, exigiu, em editorial publicado na capa, a renúncia da mandatária e de seu vice:

A presidente Dilma Rousseff perdeu as condições de governar o país. É com pesar que este jornal chega a essa conclusão. (...) Dilma Rousseff deve renunciar já, para poupar o país do trauma do impeachment (...) A mesma consciência deveria ter Michel Temer (PMDB), que tampouco dispõe de suficiente apoio na sociedade (*Nem Dilma nem Temer*, Folha de S. Paulo, 3 de abril de 2016, p. A2).

Assim como a *Folha*, o *Estado* não esperou nem mesmo a posse da presidente para tratar do *impeachment*, ainda em 2014. Em 18 de novembro daquele ano, o jornal tratou do “desvario golpista dos que querem derrubar Dilma” (*Desrespeito à democracia*, O Estado de S. Paulo, 18 de novembro de 2014, p. A3). No entanto, de acordo com nossa pesquisa, esse foi o único momento de comedimento do periódico, que, antes mesmo da elaboração do pedido de *impeachment* por juristas, dedicou editorial a abertamente orientar políticos da oposição sobre como conduzir a derrubada da presidente:

É aí que deveria entrar a oposição ao governo, no trabalho de levantar e organizar as provas e evidências e de convencer a maioria dos parlamentares nas duas Casas do Congresso de que o afastamento da presidente é uma imposição da realidade política, econômica e social (*O não a Dilma persiste*, O Estado de S. Paulo, 14 de abril de 2015, p. A3).

Sustentamos que é possível relacionar os editoriais que trataram do *impeachment* de Dilma ao histórico de posicionamento político dos jornais, recorrendo a episódios marcantes da vida dos periódicos — estabelecemos, assim, um diálogo do *corpus* com a identidade construída pelas empresas, na tentativa de evidenciar como o período estudado pode contribuir para o entendimento da índole das instituições.

Fundado em 4 de janeiro de 1875 como *A Província de São Paulo*, o *Estado* (a mudança de nome se deu em 1889, após a queda da monarquia) é fruto do desejo de representação política da elite cafeicultora de São Paulo; desde 1902, o diário é propriedade da família Mesquita (PILAGALLO, 2012). Os fortes vínculos com a política paulista permanecem desde a criação do jornal e podem ser vistos em seus posicionamentos editoriais.

A *Folha de S. Paulo* tem origem na *Folha da Noite*, periódico criado em 1921 por jornalistas do *Estado* como forma de aumentar seus rendimentos. O jornal muda para o nome atual em 1960, mas é apenas a partir dos anos 1980 que passa a ganhar relevância nacional, principalmente por meio da defesa da emenda constitucional que previa eleição direta para presidente da República. A partir de então, sob a direção de Otávio Frias Filho, a publicação passou a reivindicar posição apartidária, pluralista e intelectualizada (ALENCAR, 2011; PILAGALLO, 2012; MANUAL, 2018).

Após pesquisa acerca de como e quando os jornais abordaram o *impeachment*, definimos o recorte temporal do *corpus* com início ainda em 2014, logo após a eleição de Dilma para o segundo mandato presidencial. O objetivo dessa decisão é apontar que a discussão acerca do *impeachment* surgiu muito rapidamente, pouco após a eleição (realizada em 26 de outubro de 2014) e, portanto, ainda antes mesmo do início do mandato (01 de janeiro de 2015). Tendo em vista a arbitrariedade de qualquer recorte do tipo, defendemos a seleção dos textos apontando a dificuldade natural para demarcar com exatidão o início de um processo histórico. O linguista Sírio Possenti aponta essa dificuldade:

É praticamente impossível demarcar com exatidão o início de um processo histórico. A única coisa certa é que, geralmente, a data que fica nos manuais é inexata. Por exemplo, certamente o processo de impedimento de Dilma Rousseff não começou em dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara aceitou um dos vários pedidos e, com isso, deu início ao processo legislativo de avaliação do caso (POSSENTI, 2016, p. 1076).

A escolha dos referidos jornais para nosso estudo levou em conta critérios como a abrangência e relevância dos periódicos, que, de acordo com o IVC Brasil (Instituto Verificador de Comunicação), estão entre os de maior circulação do país. A *Folha de S. Paulo*, com base em dados de março de 2019 do IVC, é o jornal líder do país em circulação total (impresso e digital) — são 333.415 exemplares diários. O *Estado de S. Paulo* ocupa a terceira posição nacional, com total de 245.022 exemplares. O carioca *O Globo* é o segundo maior jornal brasileiro em termos de circulação, com tiragem total de 319.785.

Os jornais, mesmo que com distribuição principal no estado de São Paulo, possuem circulação e repercussão nacional; também nos interessa o fato de representarem, em grande medida, dois veículos da chamada “imprensa tradicional”

e, dessa forma, gozarem de relativa credibilidade e prestígio, a despeito do crescimento do uso das redes sociais como fonte (mesmo que duvidosa) de informação. O estudo internacional *Trust in News*, da consultoria Kantar, realizado em 2017 no Brasil, EUA, Reino Unido e França, mostra que 56% dos entrevistados acreditam que o que leem no jornalismo é verdadeiro; 67% confiam no conteúdo veiculado por jornais impressos e 73% acham que o jornalismo é fundamental para a democracia.

O principal referencial teórico da pesquisa mobiliza aportes clássicos de Michel Foucault e Gilles Deleuze acerca da imposição de poder por meio da linguagem — interditando possibilidades, impondo caminhos e efetuando o controle. Assim, exploramos como os editoriais do nosso *corpus* podem ser vistos como plataformas para a transmissão de palavras de ordem.

O objetivo é fornecer ao leitor a perspectiva, principalmente de acordo com Foucault, Deleuze e alguns de seus comentadores, de como o poder se articula pelo discurso. Temos em vista a posição dos editoriais como produtores de um enunciado que deve ser entendido no contexto dos jogos de força da sociedade, no qual os diferentes atores usam suas posições de fala para impor suas visões de mundo.

Para tanto, definimos o conceito de poder segundo Foucault, prestando atenção especial, inicialmente, àquilo que ele não é, para, só então, com o terreno limpo e livre das armadilhas do senso comum, analisarmos suas verdadeiras características. Pretendemos estabelecer a centralidade do discurso para o entendimento da atuação de um poder que não deve ser reduzido a uma ação apenas repressiva, mas que permeia tudo e todos numa relação de forças que estabelece verdades, interdita falas e, fundamentalmente, controla a todos. Essas são as bases que pretendemos estabelecer para, no capítulo 3, ouvirmos a voz judiciosa dos editoriais de *Folha* e *Estado* durante o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Para entendermos o papel disciplinador dos editoriais de jornais, cumpre emprendermos uma incursão teórica sobre os conceitos que envolvem esse aspecto. A reincidência com que certas palavras aparecem nas mídias (e neste trabalho ficaremos absolutamente restritos aos editoriais de jornais impressos) não é casual, pois o recorte efetuado por elas cumpre a tarefa de circunscrever um campo

— ao promover uma perspectiva de determinado aspecto do mundo, possibilita a disciplina e o controle.

Tendo em vista que o jornalismo se dá fundamentalmente por meio da prática discursiva (GOMES, 2003), é desejável realizarmos um estudo acerca dos procedimentos do discurso, analisando-o enquanto canal privilegiado e instrumento de atuação para a materialização de um tipo de poder. Assim, nos interessa entender a prática discursiva como lugar de majoração do poder e, por conseguinte, como instrumento disciplinar.

Lançamo-nos, portanto, à tarefa de assinalar o controle no texto dos editoriais, considerando, com Foucault, que o discurso veicula e produz poder, reforça-o, em um “jogo complexo e instável em que o discurso é, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder” (FOUCAULT, 2015, p. 110). Sabemos que a prática jornalística é essencialmente discursiva, e a análise de seus procedimentos sugere que o objeto de desejo do jornalismo, reforçado no espaço dedicado ao jornalismo opinativo, é construir uma realidade social ordenada e disciplinada, por meio da narrativa (GOMES, 2003, p. 101). Temos em vista, na investigação de nosso objeto, que enunciar é marcar posição, confrontar, delimitar a realidade por meio de um discurso (MARCONDES FILHO, 2002).

Recorremos a Foucault para afirmar que a atenção em torno de um tema, expressa por meio da explosão discursiva, pode ser considerada uma instância de controle e vem acompanhada de mecanismos de vigilância, com uma série de interdições e proibições:

Por mais que o discurso seja bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Já o apelo a Deleuze justifica-se pela consonância das teses acerca dos poderes do discurso. De fato, assim como Foucault, Deleuze assinala insistentemente o modo com a linguagem funciona como transmissão de comandos, adquirindo potência em relação aos corpos.

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (DELEUZE, 1995, p. 16).

Esse procedimento por redundância apontado por Deleuze nos interessa para a leitura dos editoriais selecionados neste trabalho, no sentido em que nos permite identificar em quais temas se dá a repetição e por qual motivo tais ideias são reiteradamente levadas à atenção do leitor. Neste ponto, em que investigamos os objetivos daqueles que publicam os textos, cabe lembrar que McLuhan aponta que “o jornal é uma forma confessional de grupo que induz à participação comunitária” (MCLUHAN, 2002, p. 231) — defendemos, portanto, que os enunciados são elaborados com o desejo de que levem a ações concretas.

É por meio das palavras de ordem dos editoriais que apontaremos, em consonância com Deleuze, o objetivo de seus enunciadores de gerar potência a seus desejos, promovendo transformações no real. “Um tipo de enunciado só pode ser avaliado em função de suas implicações pragmáticas, isto é, de sua relação com pressupostos implícitos, com atos imanentes em transformações incorpóreas que ele exprime (...)” (DELEUZE, 1995, p. 23).

Os editoriais selecionados, como veremos, delimitam o que — e como — pode ser dito a respeito do *impeachment*: em linhas gerais, é proibido negar que o país estava em caos absoluto graças à atuação da presidente, e que sua continuidade no cargo era praticamente uma agressão à sociedade brasileira. De fato, especialmente de acordo com o *Estado*, a mera possibilidade de não se concretizar o *impeachment* era um perigo a ser implacavelmente combatido.

Foucault aponta que um ato de discurso cria um estado de direito: “Ele fala e faz-se a regra” (FOUCAULT, 2015, p. 91). É com esse raciocínio em mente que será ouvida a voz dos editoriais que compõem o *corpus*, na medida em que representa uma tentativa de imposição de consenso sobre o *impeachment*, com delineamento do que é certo e errado sobre o tema.

O processo de seleção do *corpus* será devidamente abordado no terceiro capítulo, mas vale reforçar, como dito, que tomamos a reeleição de Dilma em 2014 como ponto focal para o início da pesquisa no acervo dos jornais com o intuito de demonstrar a hipótese de que a possibilidade de *impeachment* foi precocemente

aventada pelos jornais, mesmo que para, em um primeiro momento, criticá-la. De fato, há de se admitir que não é comum a discussão sobre a derrubada constitucional de um presidente antes mesmo de iniciado o mandato, uma vez que o *impeachment* pressupõe o cometimento de crimes no exercício do cargo.

A apresentação do estudo, que foi realizado por meio de revisão bibliográfica e pesquisa empírica no acervo dos jornais, organiza-se em um total de quatro capítulos. No primeiro, expomos e aprofundamos o referencial teórico. Tratamos, principalmente, de como Foucault compreende a ordem no discurso, seu caráter violento enquanto dispositivo de disciplina e controle, além de como o poder é exercido por meio do discurso e se estende aos corpos — *biopoder*. Acrescentamos o conceito de *palavra de ordem*, de acordo com Deleuze, para definir nossa leitura dos editoriais como portadores de uma voz majoritariamente judiciosa e violenta.

No segundo capítulo, apresentamos um breve histórico dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no qual tentamos traçar, principalmente por meio de editoriais de destaque, suas origens, viés de atuação política e índole empresarial, com o intuito de formar entendimento a respeito das empresas. Assim, pretendemos fornecer subsídios ao leitor a respeito das instituições analisadas, a fim de conferir assertividade e qualificar a análise do *corpus*.

O capítulo subsequente é dedicado à apresentação e contextualização do *corpus*, formado por 16 artigos editoriais, sendo 8 do jornal *Folha de S. Paulo* e 8 de *O Estado de S. Paulo*, publicados entre novembro de 2014 e abril de 2016, período que compreende diferentes etapas — inclusive prévias — do movimento político que culminou com o *impeachment* de Dilma Rousseff. Neste momento, explicamos os critérios de seleção do material e efetuamos a análise dos textos sob a luz do referencial teórico delimitado previamente. Aqui, é importante assinalar que a seleção do *corpus* envolveu extensa pesquisa documental no acervo dos jornais, de modo a surpreender, na amplitude do material selecionado, a gestação da tese da derrubada da presidente e a evolução argumentativa que impôs ao leitor a inexorabilidade da interrupção do mandato presidencial.

No quarto capítulo, desenvolvemos o estudo acerca do que é o artigo editorial, sua classificação enquanto gênero do jornalismo opinativo. Convidamos o leitor a nos acompanhar na visada do editorial como plataforma para a propagação da voz institucional de empresas privadas em meio a notícias de interesse público —

e, naturalmente, a explorar as tensões daí decorrentes. Ainda nessa seção, dialogamos com pesquisas clássicas e atuais acerca do posicionamento editorial de jornais, levantando estudos de casos e teorias que lançam luz sobre o tema.

Por fim, concluímos a Dissertação defendendo nossa tese de que a argumentação dos editoriais de *Folha* e *Estado* é instrumental para entendermos a índole das empresas, suas visões de mundo e como entendem suas atuações no cenário brasileiro. De acordo com nossa perspectiva, a sequência argumentativa é notadamente diferente entre os jornais — a *Folha* hesita, aponta a dificuldade de cravar juridicamente os possíveis crimes da presidente e, finalmente, defende a queda da chapa presidencial e a realização de novas eleições. Já o *Estado*, de certa forma, começa por onde a *Folha* termina, no sentido em que, desde o início do período analisado, e com grande virulência, o centenário diário paulista clama pelo *impeachment*.

Para dar conta da abrangência do problema que se apresenta aos pesquisadores da Comunicação, acreditamos, uma boa estratégia a ser seguida é aquela que aborda o problema por meio de estudos claramente delimitados, como o que propomos neste documento. Dessa forma, aprofundar o estudo de um tipo específico de discurso opinativo do jornalismo, como pretendemos com a pesquisa proposta neste documento, é uma tentativa de promover avanços no entendimento de como se forma a opinião dos veículos de comunicação a respeito dos fatos e, ademais, com qual objetivo e de que forma essa opinião é levada aos leitores.

Apontamos, ainda, a reduzida atenção que tem sido direcionada ao estudo acadêmico dos editoriais, que ainda carecem de maior produção intelectual. O pesquisador holandês Teun van Dijk, uma das maiores referências mundiais em análise de discurso, já apontou para esse problema em artigo de 1996:

Given this prominent function of editorials in the expression and construction of public opinion, one would expect a vast scholarly literature on them. Nothing is less true: there are virtually no book-length studies, and rather few substantial articles on the structures, strategies and social functions of editorials³ (VAN DIJK, 1996, s/p).

³ “Dada a função proeminente dos editoriais na expressão e construção da opinião pública, esperava-se encontrar vasta literatura acadêmica sobre o tema. Nada é mais distante da verdade: praticamente não há estudos com tamanho de livro, e há poucos artigos substanciais sobre as estruturas, estratégias e funções sociais dos editoriais”. Tradução nossa.

Apesar de ter havido crescimento dos trabalhos sobre editoriais nas últimas décadas, a literatura sobre o tema ainda segue escassa. Devemos ressaltar, por fim, que o estudo de caso que pretendemos elaborar não tem o objetivo de esgotar as discussões acerca da intrincada relação entre mídia e sociedade. É, antes, uma exploração minuciosa de um evento específico. Não se pretende “negar a natureza abrangente e multiforme dos fenômenos comunicacionais e conseqüentemente das teorias e métodos que são empregados para elucidá-los” (SANTAELLA; NOTH, 2004, p. 33-34), mas, ao contrário, é admitindo a complexidade da tarefa que justificamos o escopo delimitado e a abordagem de casos específicos, como a cobertura do processo do *impeachment* de Dilma Rousseff.

1 REFERENCIAL TEÓRICO: A ARTICULAÇÃO ENTRE PODER E DISCURSO

A noção de poder preenche-se de dificuldade em Foucault, fugindo a qualquer acepção em plano de senso comum. Nesse sentido, comecemos por ouvi-lo sobre o que o poder não é:

Dizendo poder, não quero significar 'o Poder', como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição a violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estão são apenas, e antes de mais nada, suas formas terminais (FOUCAULT, 2015, p. 100).

Como se vê, Foucault nos mostra que não se deve olhar apenas para as representações finais do poder — soberania do Estado, domínio da lei — e tomá-lo como limitado a elas. Para chegar a essas formas terminais, o poder se dá de modo muito mais complexo, a saber:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; (...) enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2015, p. 101).

Colocada a complexidade da correlação de forças por meio da qual o poder é exercido, Foucault crava: "(...) o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada" (FOUCAULT, 2015, p. 101). Se a repressão do Estado ou o jugo das leis, por exemplo, são faces visíveis do poder, devemos ter em mente que o que vemos é apenas a ponta do iceberg: há uma intrincada relação que nos escapa numa primeira análise, mas que se desnuda quando colocamos as lentes que Foucault nos proporciona: "o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis" (FOUCAULT, 2015, p. 102).

Nossa tendência é tentar materializar o poder nas instituições que o exercem, mas, segundo Foucault ensina, elas não representam o todo. O senso comum, que só enxerga os braços — e não o corpo — do poder, não é suficiente para dar conta de que o poder é estruturante na sociedade, e não se limita à repressão.

É um poder fundamentalmente disciplinador, como ele expõe, ainda, que visa ao controle sobre nossos corpos e nossas vidas; é exercido, no seu entendimento, de forma propositiva — ou positiva — sobre nós: administra nossos corpos e assume ativamente a gestão da nossa vida (FOUCAULT, 2015, p. 150). Foucault, portanto, combate a aceção negativa do poder, discordando de sua concepção meramente repressiva e reduzida aos efeitos de rejeição, exclusão e obediência.

É o que podemos observar quando Foucault aponta que "se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, (...) se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil" (FOUCAULT, 2012, p. 238). Ele assinala a necessidade de tomarmos cuidado com a ideia de que o poder é simplesmente repressivo: "É por isso que a noção de repressão, à qual geralmente se reduzem os mecanismos do poder, me parece muito insuficiente, e talvez até perigosa" (FOUCAULT, 2012, p. 239). Combate-se a concepção, até então amplamente aceita, do poder confinado ao escopo jurídico de uma lei que só pode dizer "não".

(...) me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. (...) Ora, creio ser essa uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceita. **Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido?** (FOUCAULT, 2012, p. 44, grifo nosso).

Diante de tal indagação, Foucault ressalta a importância de entendermos o poder como algo muito mais complexo do que aquilo que advém da concepção simplista de uma "força repressiva", algo que só pode negar e, portanto, está limitado em seu caráter gerador de ação. Essa noção equivocada do poder, de acordo com Foucault, não abarca exatamente seu aspecto mais importante: seu caráter produtor, sua força geradora de ordem e ação, um complexo sistema de forças que permite que o poder exerça seus efeitos.

Definido o que o poder não é, Foucault pode então tomá-lo em seu caráter constitutivo, no sentido em que ele constrói verdades e, apesar de habilitar atores sociais a posições de destaque e reduzir outros à dominação, perpassa a todos transversalmente, o que evidencia justamente sua complexidade:

(...) não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciça e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre outros, de uma classe sobre as outras; (...) O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. (...) O poder funciona e se exerce em rede (FOUCAULT, 2012, p. 183).

A questão do caráter propositivo do poder se delinea da seguinte forma: "O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, **produz discurso**" (FOUCAULT, 2012, p. 45, grifo nosso). Ora, temos, nas próprias palavras do filósofo, a centralidade do discurso no entendimento do funcionamento positivo do poder, por meio do qual se dará a disseminação de sua força disciplinadora, ponto que aprofundaremos nesta investigação.

Para avançarmos na apreciação do caráter de controle do poder sobre nossas vidas, portanto, cumpre-se que investiguemos o discurso como campo ideal para o exercício de suas amarras disciplinadoras.

Começemos por definir o que é discurso. Os bons dicionários assinalam a etimologia "cursus", correr, e, levando em conta o prefixo, nos remetem a "*discurrere*": discorrer, percorrer, atravessar, tratar, expor, analisar (CUNHA, 1977, p. 269). A definição é curiosamente próxima, senão complementar, ao entendimento do poder como algo dinâmico, que age de modo transversal, que permeia tudo e todos: "O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares" (FOUCAULT, 2015, p. 101). De fato, interessa-o a construção da malha complexa de relações de força que o formam: "Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de forças; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia (...)" (FOUCAULT, 2015, p. 111).

Em *A Ordem do Discurso*, aula inaugural de Foucault ministrada no *Collège de France* em 2 de dezembro de 1970, fica em evidência a ligação do discurso com o desejo e o poder. Foucault entende que isso pode ser observado no

modo pelo qual as sociedades dedicam atenção especial à produção do discurso: elas tomam medidas para controlar, selecionar, organizar e distribuir o que é dito, além daquilo que deve permanecer em silêncio. (FOUCAULT, 1996).

Estão aí referidos os sujeitos homens atuando com a consciência do poder do discurso, de sua potencialidade: é necessário tomar as rédeas e definir não apenas o que é dito, mas também de que forma se diz algo às pessoas.

Não se pode deixar, assim, o discurso entregue à aleatoriedade, ao imponderável; é preciso eliminar o acaso, organizar minuciosamente esse campo: controlar o discurso, estabelecer seus parâmetros, conteúdos, sua distribuição. Como uma arma, o discurso deve ser manipulado com cautela e precisão, sendo que até mesmo o acesso a ele já é parte do controle.

A política e a sexualidade, Foucault nos mostra, são terrenos especialmente férteis para a luta que se trava com o objetivo de controlar o discurso:

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (FOUCAULT, 1996, p. 9).

É ao fazer uso do discurso que a política coloca em ato, em verbo, seu desejo de poder, seu ímpeto disciplinador — é assim que ela dá vazão à sua necessidade de estabelecer as regras e parâmetros da vida social.

Exercer o poder passa diretamente pela manipulação do discurso — o poder de fala, por si só, já é característica de quem tem posição privilegiada na relação de forças da sociedade. Como contraponto, o exemplo do louco é trazido por Foucault para evidenciar o modo pelo qual as pessoas podem ver-se privadas até mesmo da possibilidade de fala: "Desde a Alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros" (FOUCAULT, 1996, p. 10). Assim, negar o acesso ao discurso, subtrair violentamente do enunciador a relevância do que se fala, é uma das primeiras formas da exclusão social causada pelo poder disciplinador — retira-se do louco sua possibilidade de verdade; suas palavras, de fato, perdem o direito de existir, cessa seu reconhecimento e, assim, aquele que as profere fica alheio ao mundo.

Essa separação dos discursos que podem ou não ser ouvidos é uma das formas de atuação do poder, mesmo que, em linhas distintas (em relação ao que se dava na Idade Média com os loucos), ela ainda exista e tenha efeito. Atualmente, ela não é tão direta como a simples negação do louco ao discurso, mas se dá por meio de uma intrincada estrutura de conhecimento, todo um aparato de saber estabelecido por uma rede de instituições para que se saiba onde podemos encontrar os discursos com a chancela da verdade:

(...) basta pensar em todo o aparato de saber mediante o qual deciframos essa palavra; basta pensar em toda a rede de instituições que permite a alguém - médico, psicanalista - escutar essa palavra e que permite ao mesmo tempo ao paciente vir trazer, ou desesperadamente reter, suas pobres palavras; (...) a separação, longe de estar apagada, se exerce de outro modo, segundo linhas distintas, por meio de novas instituições e com efeitos que não são de modo algum os mesmos (FOUCAULT, 1996, p. 13).

Entre tantas outras definições possíveis, o jornalismo é um discurso. Nesse ponto, tendo em mente como Foucault aponta a exclusão do direito de fala a alguns, é interessante estabelecer uma relação com o entendimento acerca de quem tem o "poder de dizer" no jornalismo — além das próprias empresas jornalísticas, que falam por meio de cada um de seus enunciados midiáticos, também as fontes das matérias podem ser entendidas como receptoras desse poder de dizer. Saber quem tem o direito de fala no discurso jornalístico, portanto, é importante para identificar a quais atores do quadro social é atribuído o privilégio de se posicionar publicamente.

As disparidades entre as capacidades dos diferentes grupos sociais para produzir e distribuir discursos ficam evidentes no jornalismo quando notamos que a hegemonia discursiva é privilégio das elites políticas e econômicas. De modo geral, o estudo das fontes usadas nos veículos de comunicação nos mostra que são os detentores do poder político-econômico aqueles que têm a possibilidade de falar por meio do discurso jornalístico.

Pesquisas acadêmicas com diferentes meios de comunicação como objeto, de diversos países, apontam que o estabelecimento de fontes é um obstáculo ao entendimento do jornalismo como plural e democrático. A falta de diversidade das fontes de jornais dos Estados Unidos é uma das conclusões do estudo de Brown et al (1987), que aponta que, em larga escala, os periódicos entregam o controle das notícias para as fontes — em sua maioria, homens e

representantes de órgãos do governo. Restringir as fontes a poucos indivíduos de grupos sociais poderosos implica em condenar a um implacável anonimato silencioso todos aqueles que não compõem esses quadros: "From a classical democratic perspective, diversity implies representativeness - a diverse representation of political and social elites and non-elites"⁴ (BROWN et al, 1987, p. 45). A falta de diversidade das fontes, portanto, cumpre o papel de potencializar a voz de enunciadores privilegiados no jogo da comunicação política. Aqui, o jornalismo perde a oportunidade de balancear a desigualdade de forças da sociedade e promover discursos que não se originam no centro do poder.

Ao analisar a seleção de fontes dos textos jornalísticos dos principais diários portugueses (*Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Público* e *Diário de Notícias*), Jorge Pedro Sousa (1998) aponta a preponderância de porta-vozes homens e de organizações com notável poder econômico-social, como grandes empresas e governos. Meditsch e Segala (2005), por sua vez, fizeram um estudo de matérias jornalísticas veiculadas pelo *Jornal Nacional*, da TV Globo, o telejornal com maior alcance e audiência no Brasil. Registre-se que, em 2019, o programa completou 50 anos ininterruptos de veiculação, algo digno de nota. De acordo com o estudo, as fontes de maior destaque das matérias são homens integrantes de órgãos do governo, ao passo que cidadãos comuns — que não integram a estrutura do Estado — aparecem como elementos apenas ilustrativos das matérias e dificilmente enunciam informações relevantes para a construção das notícias.

Pesquisa recente foi conduzida por Luã José Vaz Chagas (2017) sobre a seleção de fontes da cobertura jornalística da rádio CBN Rio durante a semana (23 a 31 de agosto de 2016) que antecedeu a votação final do *impeachment* de Dilma Rousseff. Por meio da análise do conteúdo veiculado pela rádio no período, o autor defende que as vozes selecionadas pela mídia, além de representarem elites que têm maior poder para espalhar seus discursos, também puderam agir, de uma posição privilegiada, na construção de sentido sobre o processo de derrubada da presidente, tendo em vista a ausência de vozes dissonantes no noticiário (CHAGAS, 2017).

No artigo "Jornalismo de uma fonte só", publicado durante seu mandato como ombudsman da *Folha de S. Paulo*, a jornalista Renata Lo Prete aponta que o

⁴ "A partir de uma perspectiva democrática clássica, a diversidade implica representatividade – uma representação plural de elites e não elites políticas e sociais". Tradução nossa.

hábito do jornal de elaborar suas reportagens a partir de uma única fonte de informação, quase sempre oficial, é prejudicial à representação equilibrada dos acontecimentos: "É enorme a distância entre essa atitude e o pluralismo apregoado no projeto editorial da Folha. Na vida real, o jornal ainda falha na auscultação meramente formal do outro lado da notícia" (LO PRETE, 1999, p. 6).

Um interessante estudo de caso no Rio Grande do Sul (AMARAL, 2002) colocou em evidência o jornal *Diário Gaúcho*, que se define como "popular" e elege como estratégia de comunicação o argumento de que é um veículo que dá voz ao cidadão, colocando-o na posição de fonte jornalística, em evidência maior do que empresas, políticos e entidades governamentais. Ao analisar a presença dos cidadãos como fontes principais da maioria das notícias publicadas pelo jornal, no entanto, a pesquisadora cita o ensaio de Roland Barthes sobre os *fait divers*⁵ para concluir que o veículo fica restrito a eles e não contextualiza demandas individuais, não posiciona o público como parte de uma coletividade. O efeito, assim, é tão limitador quanto o uso exclusivo de fontes oficiais: "As fontes populares não são apresentadas como membros ativos de uma comunidade, mas como reivindicadores de questões individuais que se contentam com respostas setoriais" (AMARAL, 2002, p. 15).

Acompanhando este ponto da discussão, entendemos que as vozes dos editoriais dos jornais podem ser ouvidas como o discurso de uma elite empresarial que pretende dialogar especialmente com seus pares da elite política, para controlar a significação de determinado tema e, assim, impor sua vontade. A voz do editorial representa não só a voz do dono do jornal; igualmente importante é entender que ela amplifica o silêncio de todos aqueles que não possuem o direito de discursar naquele espaço e que, assim, não compartilham daquele privilégio.

Considerando a negação da posição de fala como uma das formas de exercício do poder, à luz da abordagem que faz Foucault dos loucos na Idade Média, podemos considerar, ainda, que esse controle discursivo é aplicado

⁵ Na tradução portuguesa, *fait divers* surge como "caso do dia", uma categoria de notícias eminentemente insólitas e espantosas. Eis a definição de caso do dia, segundo Barthes: "é uma informação total, ou mais exatamente, imanente; contém em si todo o seu saber: não há necessidade de conhecer nada do mundo para consumir um caso do dia; ele não remete formalmente para outra coisa que não seja ele próprio; evidentemente, o seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, homicídios, raptos, agressões, acidentes, roubos, extravagâncias, tudo isso remete para o homem, para a sua história, para a sua alienação, para os seus fantasmas, para os seus sonhos, para os seus medos (...)". Fonte: BARTHES, R. *Ensaios críticos*. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 216

ativamente como ferramenta repressiva — há uma luta em curso pelo agenciamento do discurso, e os entes vitoriosos atingem os meios para sufocar as vozes externas. Essa relação de forças em tensão na sociedade leva, conforme aponta Van Dijk (2018), à possibilidade de controle de determinados grupos em relação a outros:

Se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos, de forma mais específica, tratar do controle sobre o discurso de outros, que é uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados: pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a política, a mídia ou uma empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (tipicamente crítica) (VAN DIJK, 2018, p. 17).

As restrições estão colocadas na sociedade para que poucas pessoas tenham a possibilidade de dizer o que querem — o controle é difuso, há impedimentos diversos que cerceiam o direito à fala; as próprias estruturas do discurso são objeto do controle: "Nesse sentido, o controle do discurso parece ser a regra, e não a exceção" (VAN DIJK, 2018, p. 18). Van Dijk (2018), assim, nos adverte sobre o poder do discurso na construção e reprodução de ideologias, tendo no abuso do poder a faceta mais cruel de seu uso pelas elites.

Em outras palavras, além de controlar a possibilidade de fala, o poder se dá, também, por meio da institucionalização da produção do discurso, que invariavelmente implica no distanciamento das pessoas em relação ao aparato de elaboração e disseminação das falas. Seguimos Teun Van Dijk neste ponto, quando ele ressalta que:

(...) raramente teremos acesso ao tipo de interação discursiva que ocorre no topo: uma reunião da cúpula do governo, **a reunião editorial de um jornal**, uma reunião dos líderes de um partido político ou as deliberações dos diretores de uma empresa (VAN DIJK, 2018, p. 18, grifo nosso).

Reforçamos aqui o entendimento de que as estruturas de produção do discurso midiático, na qual entendemos estar inserido o editorial dos jornais, devem ser analisadas no âmbito da institucionalização da produção de discursos, ou seja, como mais uma forma de controlar o acesso à fala. Apesar de a produção de editoriais se dar por meio de processos específicos, que variam de acordo com o jornal que os publicam, é comum a todos o fato de que, mesmo dentro da estrutura do jornal, o acesso à equipe editorial, aquela que de fato escreve os textos, é restrito

a jornalistas cuidadosamente selecionados pelos donos da empresa (GUERREIRO NETO, 2016).

Na *Folha* e no *Estado*, conforme veremos em mais detalhes no decorrer deste trabalho, a redação dos editoriais envolve interação diária entre os editores de opinião — jornalistas que formam a elite do quadro de profissionais — e membros das famílias que são proprietárias dos jornais: Frias e Mesquita, respectivamente. Os jornalistas conversam com os representantes das famílias para escolher os temas que serão tratados no dia e, após a redação dos artigos, novamente os familiares entram em cena para aprovar o conteúdo (GUERREIRO NETO, 2016). É a institucionalização da produção do discurso, controlado em todas as suas etapas.

O controle do discurso não deve ser menosprezado ou considerado como entrave de menor importância à representação dos desejos de um grupo ou indivíduo. Construir verdades por meio da prática discursiva funciona como expressão fundamental de existência, como validação de práticas de vida. "É preciso dizer dos discursos que eles representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutido o mundo a ser vivido" (GOMES, 2003, p. 41). De fato, é por meio da significação dos discursos, como conjunto de signos, que conseguimos conferir sentido ao mundo.⁶

Ao abordar o modo pelo qual as descobertas científicas são incorporadas à vida social, Foucault coloca o discurso no centro da questão, estabelecendo uma relação entre o saber científico e sua expressão para que o novo conteúdo seja disseminado na sociedade. Ele afirma:

Não são simplesmente novas descobertas; é um novo 'regime' no discurso e no saber (...). Mas o importante em tais mudanças não é se serão rápidas ou de grande amplitude, ou melhor, a rapidez e a amplitude são apenas o sinal de outras coisas: uma modificação nas regras de formação dos enunciados que são aceitos como cientificamente verdadeiros (FOUCAULT, 2012, p. 39).

Um exemplo anedótico do poder do discurso como validação de nossas práticas povoou as mídias em 2001 (*Governo investe contra soluções mágicas*, *Folha de S. Paulo*, 8 de maio de 2001), quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu, em março daquele ano, as vendas de produtos com

⁶ Cf.: PEIRCE (2015), COELHO NETTO (2014) e SANTAELLA (2012).

mercúrio em sua formulação, como os populares mercurocromo e merthiolate, até então consagrados como infalíveis para desinfetar ferimentos.

Gomes (2003) comenta, neste ponto, a centralidade da formação dos enunciados, conforme Foucault, para a microgestão de nossas vidas — por meio dos enunciados, internalizamos concepções que guiam nossos atos, estabelecemos a verdade das coisas, organizamos nossa rotina diária e damos sentido a cada pequena decisão. A autora afirma:

Durante mais de cinco décadas um discurso da higiene e da profilaxia nos comandou o uso desses medicamentos em feridas superficiais. Agora nos dizem que a dupla (de remédios) não só é destituída das propriedades antissépticas e cicatrizantes como também impõe riscos por conter em sua fórmula o elemento mercúrio que, como se sabe, é altamente tóxico. Nossa vida organizava-se, tornava-se correta, em função do ritual mercuro, nossa tranquilidade confiante na mancha vermelha sobre a pele adivinha tão somente de um discurso em seu poder de construção das verdades que se sucedem (GOMES, 2003, p. 40).

Se o discurso está no centro do jogo do poder, instituído para nos controlar e disciplinar, para nos calar e só deixar falar dentro de condições previamente determinadas, é válido voltarmos nossa atenção para o seu componente formador mais importante, a saber, o enunciado: "chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência" (FOUCAULT, 1996, p. 15).

Deleuze e Guattari (1995) nos mostram que o enunciado, unidade elementar da linguagem, é a "palavra de ordem" (1995, p. 12), em consonância com o debate que Foucault levanta sobre o domínio do poder ser efetuado através da linguagem (FOUCAULT, 2015, p. 91). De acordo com nossa concepção, Deleuze e Guattari colocam a linguagem no centro da questão do funcionamento do poder: "A linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 12). Ainda nesse sentido, os autores reforçam: "Uma regra de gramática é um marcador de poder, antes de ser um marcador sintático" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 12).

Seguindo essa linha de raciocínio, em conformidade com Deleuze e Guattari, temos a linguagem como transmissão de palavras de ordem e não como mera comunicação de signos como informação factual sobre o mundo. A variável

que faz da palavra uma enunciação é justamente a palavra de ordem; a instantaneidade da palavra de ordem lhe confere potência sobre os corpos:

Chamamos *palavras de ordem* não uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 16).

Não são apenas os verbos flexionados no modo imperativo que devem ser entendidos como palavras de ordem, algo que o conhecimento comum da gramática naturalmente nos poderia levar a concluir. Mais do que isso, as palavras de ordem estão diretamente ligadas à sua capacidade de promover aquilo que Deleuze e Guattari chamam de "transformações incorpóreas" (1995, p. 18). Quando pronuncia a sentença de "culpado" a um acusado, o discurso do juiz produz uma mudança no mundo: "a transformação do acusado em condenado é um puro ato instantâneo ou um atributo incorpóreo, que é o expresso da sentença do magistrado" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 19).

Temos, então, o delineamento das implicações pragmáticas do discurso — é o que ocorre na missa, segundo Deleuze e Guattari, quando, pela pura expressão de um enunciado sobre os corpos, se dá a transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo. Ressaltamos, nesse ponto, esse agenciamento de enunciação — potência de ação dos discursos com relação aos corpos —, no que a pesquisadora Mayra Gomes arremata: "Trata-se, sobretudo, de constatar a presença do discurso e de seus efeitos na realidade vivida" (GOMES, 2003, p. 52).

A relação entre o enunciado e o ato é de redundância, conforme explicitam Deleuze e Guattari, ao defenderem que a palavra de ordem opera por meio da repetição: "(...) o que surge desse ponto de vista é justamente a subordinação da informação e da comunicação, ou, mais ainda, da significância e da subjetivação, em relação à redundância" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17). É, portanto, pela redundância que o discurso atinge sua potência para causar modificações nos corpos e no mundo — a continuidade da informação, sua presença no mundo, é garantida pela recorrência com a qual nos encontramos com ela (GOMES, 2003).

Neste sentido, entendemos que é relevante trazer para a discussão que Foucault, ao explorar a capilaridade do poder, também nos leva à compreensão de

sua atuação corpórea: "(...) quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana" (FOUCAULT, 2012, p. 215).

Os enunciados devem ser avaliados, no entendimento de Deleuze, que trazemos à tona, em função de suas implicações pragmáticas, ou seja, de acordo com a relação com pressupostos implícitos, atos imanentes ou incorpóreos que eles exprimem. Enquanto membros da sociedade, somos perpassados por diversas semióticas, em um fluxo constante de signos e significantes. Nesse contexto, as palavras de ordem, operando a partir de diversas redundâncias em múltiplos sistemas de signo, seguem em ação:

Mas é evidente que uma sociedade é perpassada por diversas semióticas, e possui de fato regimes mistos. Além disso, novas palavras de ordem surgem em um outro momento, fazendo variar as variáveis, e não pertencendo, ainda, a um regime conhecido. É então de diversas maneiras que a palavra de ordem é redundância; ela não o é apenas em função de uma transmissão que lhe é essencial, mas o é também em si mesma e desde sua emissão, em sua relação 'imediate' com o ato ou com a transformação que efetua (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23).

Tendo em mente que as operações da linguagem em nossas mentes se dão através da significação, da subjetivação, é válido ressaltarmos como Deleuze e Guattari entendem o funcionamento da semiótica. Os regimes de signos, de acordo com eles, são agenciamentos de enunciação maiores do que as categorias linguísticas — é a linguagem que remete aos signos, e não o inverso. A semiótica, portanto, não deve ser entendida como o complemento de uma lógica, mas o elemento de base do qual depende todo o resto.

Neste ponto, é oportuno trazermos à tona o modo como esses autores dialogam com Foucault para demonstrar a operação dos signos em relação à linguagem:

Como Foucault bem aponta, os regimes de signos são somente funções de existência da linguagem, que ora passam por línguas diversas, ora se distribuem em uma mesma língua, e que não se confundem nem com uma estrutura nem com unidades dessa ou daquela ordem, mas as cruza e as faz surgir no espaço e no tempo. É nesse sentido que os regimes de signos são agenciamentos de enunciação dos quais nenhuma categoria linguística consegue dar conta: o que faz de uma proposição ou mesmo de uma

simples palavra um 'enunciado' remete a pressupostos implícitos, não-explicitáveis, que mobilizam variáveis pragmáticas próprias à enunciação (transformações incorpóreas) (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 97).

Aproveitamos a oportunidade trazida pelo diálogo entre Deleuze e Foucault para aproximar, corroborando Gomes (2003), os conceitos de *palavra de ordem*, de Deleuze, e *dispositivo disciplinar*, de Foucault: "Uma vez que a noção de palavra de ordem esteja atrelada a uma relação de poder, à realização como obrigação social, cessa toda disjunção entre ela e a noção de dispositivos disciplinares" (GOMES, 2003, p. 58). Assim, sob uma égide disciplinadora, as palavras operam recortes do real ao nos transmitirem os comandos daquilo que devemos pensar e como devemos agir.

Recorremos às palavras de Deleuze e Guattari para explicar este ponto: "A função-linguagem é transmissão de palavras de ordem (...). A linguística não é nada fora da pragmática (semiótica ou política) que define a efetuação da *condição* da linguagem e o *uso* dos elementos da língua" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 26).

Coextensivas à linguagem, as palavras de ordem, que estão instaladas no discurso, extrapolam os limites discursivos e nos atingem, operacionalizadas pelos dispositivos disciplinares. Efetua-se, assim, o controle pelas instituições; Estado, família, escola, polícia e demais dispositivos disciplinares, conforme Foucault — e aqui aproveitamos para incluir a mídia —, constroem seus discursos com palavras de ordem que chegam até nós e atuam diretamente em nossa construção de mundo, moldando desde nossos atos mais simples, no cotidiano doméstico, até nossa atuação política.

O caráter disciplinador pode ser verificado na atuação do poder, conforme Foucault, especialmente por meio do discurso, assim como ocorre com as palavras de ordem, que, em certo nível, dizem respeito à educação, no sentido de ensinar, de forma violenta e a partir de uma força externa, a ver e comportar-se no mundo. Enquanto Deleuze e Guattari apontam que "a linguagem é caso de política antes de ser caso de linguística" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 97), Foucault, em *A Ordem do Discurso*, explica que: "Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo" (FOUCAULT, 1996, p. 44).

Apontamos, assim, que, nas sociedades disciplinares, as instituições, como a escola (educação), funcionam como controle. A análise desse funcionamento coloca em evidência que, a rigor, toda relação de poder se dá por controle, seja de um indivíduo sobre outro ou de um grupo em relação a outros. O mundo é repleto de uma infinidade de relações hierárquicas que não deixam de nos mostrar, em diferentes espaços e circunstâncias, que há um poder sendo exercido sobre nós.

Isso nos permite afirmar, conforme brevemente apontado anteriormente, que na sociedade atual a mídia pode ser entendida como mais um dos dispositivos disciplinares de Foucault. Os editoriais, nesse sentido, são terreno fértil para, com Deleuze e Guattari, fincarmos a bandeira das palavras de ordem, que remetem aos agenciamentos de enunciação e são transmitidas com o intuito de adquirirem potência de ação. A partir de regras de expressão de forma e conteúdo, o discurso dos editoriais é elaborado para promover ações fora do âmbito discursivo, interferindo no mundo corpóreo.

Mais do que explicitar a opinião dos donos de jornais a respeito de assuntos importantes da vida econômica e política do país, os editoriais, dessa forma, são entendidos como instrumentos de ordem e disciplina — representam, em nosso entendimento, mais uma das veias para a atuação capilar do poder que não cessa em regular e administrar cada detalhe das nossas vidas.

Há uma articulação do poder com o saber, de acordo com Foucault, que devemos levar em consideração neste estudo. Podemos entender o saber, neste aspecto, como um conjunto de conhecimentos socialmente validados sobre diversos aspectos da vida, como enunciados científicos, postulados religiosos, noções históricas, informações políticas, entre outros. É ingenuidade, de acordo com o filósofo francês, acreditar na ideia de que há uma separação entre poder e saber, como se o poder não atuasse no saber em diversas esferas. Como se fosse possível imaginar um saber "puro", desinteressado de quaisquer objetivos senão a busca romântica do conhecimento pelo conhecimento, livre das amarras do poder e de sua atuação através de dispositivos disciplinares.

É preciso ser muito ingênuo para imaginar que é no mandarim universitário que culminam os efeitos de poder ligado ao saber. Eles estão em outros lugares, muito mais difusos, enraizados, perigosos, que no personagem do velho professor (...). Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder (FOUCAULT, 2012, p. 231).

Pensar, por exemplo, que a pesquisa científica pode ser desatrelada dos interesses e necessidades do capitalismo, de sua busca incessante pelo lucro, é nada mais do que incorrer na ingenuidade apontada, ou seja, falhar em ver a articulação perpétua, intrínseca e inseparável entre poder e saber. A própria efetivação do poder cria saber e, inversamente, o saber impulsiona o poder. "Não se pode compreender nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia, cotidianamente, o poder, e o poder econômico" (FOUCAULT, 2012, p. 230).

Assinalar a força dessa articulação entre poder e saber nos interessa no sentido em que gostaríamos de apontar a mídia como instituição que é reconhecida como detentora de um tipo de saber, de uma verdade que é divulgada nos enunciados. Em que pese a perda atual de prestígio e credibilidade da imprensa, especialmente com a multiplicação de vozes permitida pela internet, ainda é seguro afirmar que o discurso midiático é imbuído de poder, e que se recorre a ele quando buscamos informações sobre o que acontece local e internacionalmente.

A força social da mídia reside principalmente em sua capacidade de pautar os assuntos que a sociedade deve discutir, noção tornada clássica com a formulação do conceito de *agenda-setting*, de McCombs e Shaw (1972), o qual defende que há uma aproximação entre os conteúdos veiculados pelos meios jornalísticos e os temas mais discutidos em uma sociedade — assim, quanto mais a mídia trata de um tema, mais ele se torna central nas conversas das pessoas.

Além de ser produzido por uma elite econômica, detentora de recursos para veicular e amplificar sua voz — e de silenciar as outras vozes —, o discurso da imprensa opera por meio da reivindicação de que o jornalismo defende o interesse público.⁷ As mensagens midiáticas, dessa forma, são amplificadas pelo saber que carregam. Ora, como vimos, é justamente no discurso que se articulam poder e saber. Reúnem-se, assim, no discurso jornalístico, condições ideais para o poder ser exercido.

Uma das facetas mais insidiosas do poder é sua capacidade de ser exercido sem que fique explícito seu caráter violento, disciplinador e controlador, aspectos que analisamos até aqui. O domínio do poder exercido através da linguagem, articulado em discursos — formas de narrar o mundo nas quais está

⁷ Cf.: ALSINA (1996), FOLHA DE S. PAULO (2018), HARCUP (2012), SHOEMAKER e VOS (2011) e TRAQUINA (1993).

embutido o próprio mundo a ser vivido —, também se dá de forma velada, sujeitando quem é controlado a não saber quando ou como o controle é efetuado.

A notar, por oportuno, que o conceito de “poder simbólico” de Pierre Bourdieu vai exatamente na mesma direção:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2001, p. 14).

A relação da audiência com a mídia, seguindo o entendimento de Bourdieu, é permeada pelo poder simbólico, e deve ser entendida dessa forma; o poder estruturante exercido pelos meios de comunicação molda a forma pela qual sua audiência entende o mundo, dá significado à vida. É importante ter em mente que essa relação de comunicação, portanto, é caracterizada por agentes em posições desiguais em termos de força, na qual a classe mais forte (os donos dos veículos de comunicação) tem a possibilidade de impor a definição de mundo social conforme seus interesses.

Estamos inseridos, dessa forma, em um mundo organizado de acordo com essa dinâmica de forças à qual somos sujeitados, com valores e normas já instituídos. Nossa posição social se dá em um ambiente regido por poderes que exercem sua força sobre nós. Sobre este aspecto, Mayra Rodrigues Gomes comenta: "As restrições, ou a lei que se instala, são a base da constituição do grupo social e é por meio delas que se vive no acordo coletivo, sobre ela regras e, conseqüentemente, valores serão erigidos" (GOMES, 2003, p. 35).

A desigualdade de forças da relação, segundo Bourdieu, é crucial para que ocorra a "mágica" do poder simbólico, a saber, que ele se exerça sem que seja reconhecido seu caráter violento, disciplinador e controlador. Apontamos, aqui, novamente, a posição central do discurso, sempre presente para que se dê o recorte imaginário tão importante para a construção de um dado pela enunciação, como mostra Bourdieu. Corroborando a importância do entendimento do caráter simbólico do poder, essencial para seu funcionamento e disseminação, Teun van Dijk observa:

Muitas formas de poder contemporâneo, contudo, devem ser definidas como poder simbólico, isto é, em termos do acesso preferencial a - ou

controle sobre - o discurso público (...). Controle do discurso público é controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas (VAN DIJK, 2018, p. 23).

Como vimos aqui, o acesso ao discurso é controlado; somente aqueles que têm o poder de fala conseguem estabelecer suas visões de mundo, ao passo que as vozes dissonantes são afogadas no silêncio ao qual são condenados os grupos sociais que não integram a alta esfera do poder. São as elites simbólicas, seguindo a concepção do poder simbólico, portanto, os enunciadores que usam a prerrogativa de pautar o discurso para disciplinar e controlar aqueles que estão no polo de recepção, os enunciatários.

Nesses termos, então, as elites simbólicas hoje, tais como políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas e todos os outros que têm acesso especial ao discurso público, ou os diretores empresariais que indiretamente controlam tal acesso, por exemplo, como donos de impérios da mídia, são os que devem ser definidos como poderosos segundo esse critério (TEUN VAN DIJK, 2018, p. 23).

Está delineada a capilaridade de um poder que, exercido por meio do discurso, ocultado por sua força simbólica que o faz onipresente e inescapável, atua para controlar aqueles que, mesmo inconscientemente, estão sujeitos a ele.

Sobre os ombros de gigantes como Foucault e Deleuze, acreditamos ter aberto uma pequena fresta para observar os editoriais jornalísticos em sua marcha disciplinadora. Mais do que plataformas imbuídas de prestígio para a enunciação de opiniões daqueles que detêm o meio de produção das notícias, defendemos que os editoriais cumprem uma tarefa importante na correlação de forças que caracteriza o poder.

Potencializados pela posição privilegiada do discurso como articulador, instrumento e efeito do poder, os editoriais surgem como canhões enunciativos que, carregados de palavras de ordem, miram em enunciatários específicos (uma elite de leitores) para atingir objetivos grandiosos: exercer influência sobre as questões mais importantes da vida nacional.

No próximo capítulo, apresentamos ao leitor um arrazoado histórico dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no qual pretendemos evidenciar a índole das empresas que os controlam, jogando luz sobre seus posicionamentos textos opinativos em importantes momentos da existência dos veículos. Com isso,

pretendemos municiar o leitor com o instrumental necessário para, sem perder de vista a investigação teórica desenvolvida aqui, poder ler criticamente os editoriais que compõem nosso *corpus*, identificando as semelhanças dos textos emitidos durante o *impeachment* de Dilma com o histórico político dos jornais.

2 AS EMPRESAS

Admitido que os editoriais expressam a opinião das empresas responsáveis pelos jornais em suas pautas, cumpre caracterizar essas instituições se quisermos ter subsídios para entender aquilo que estamos aqui chamando suas ordens ou ordenamentos. Sendo assim, e respeitando a ênfase dada no presente trabalho aos editoriais, o capítulo trata dos perfis dos diários *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, à luz de uma pequena história de suas respectivas trajetórias.

Para dar conta desta empreitada, apoiamo-nos principalmente no trabalho seminal do jornalista Oscar Pilagallo (2012), repórter da *Folha* por mais de duas décadas, que produziu um amplo registro histórico sobre os grandes jornais e revistas do estado de São Paulo desde Dom Pedro I. O conteúdo a seguir também é fruto de pesquisa nos acervos dos jornais, em seus Manuais de Redação e da leitura de outros autores que se empenharam em relatar o surgimento e desenvolvimento de órgãos da imprensa paulista, como Gisela Taschner, Beatriz Kushnir e Claudio Abramo. Acrescenta-se, com destaque, a esse rol Irene Cardoso (1982), por vir a campo estabelecer os elos do *Estado* com a criação da Universidade de São Paulo; é outra autora à qual recorreremos para desvendar as características dos jornais analisados nesta pesquisa.

O Estado de S. Paulo

A ideia segundo a qual o poder social da imprensa reside em sua capacidade de promover alterações na estrutura sociopolítica de uma determinada sociedade, num determinado momento (TRAQUINA, 1993; TUCHMAN, 1978), encontra ressonância no surgimento da empresa jornalística *A Província de São Paulo*, em 4 de janeiro de 1875. Tanto mais que, no caso deste importante diário paulistano, tudo começa após a queda da monarquia, em 1889, quando mudaria o nome para *O Estado de S Paulo*.

O movimento republicano ganhou força na província de São Paulo nos últimos anos do Segundo Reinado, de 1840 a 1889 (FAUSTO, 2015). Progressivamente, a oligarquia rural paulista se mostrava insatisfeita com a centralização do poder econômico nas mãos de um governo central. Os fazendeiros

cafeicultores de São Paulo passaram, então, a defender o federalismo, reivindicando maior autonomia para as províncias desenvolverem seus negócios.

Enquanto, no Rio de Janeiro, capital do Brasil Imperial, o movimento republicano defendia pautas de crítica social — como a maior representação política dos cidadãos, direitos e garantias individuais e o fim do regime escravista —, na província de São Paulo o objetivo principal da elite era a descentralização econômica e não havia pressa em abolir a escravidão. O cenário era de crescente descontentamento com o regime monárquico, conforme Boris Fausto registra:

A novidade da década de 1870 foi o surgimento de um movimento republicano conservador nas províncias, tendo como maior expressão o Partido Republicano Paulista (PRP), fundado em 1873. Os quadros do PRP provinham majoritariamente da burguesia cafeeira. O ponto fundamental do programa do partido consistia na defesa da federação, ou seja, de um modelo de organização política do país em que as unidades básicas são as províncias (FAUSTO, 2015, p. 195).

A formação do PRP veio acompanhada da identificação de outra necessidade estratégica da oligarquia provinciana. Os agricultores reunidos para a criação do partido perceberam que a defesa de seus ideais precisava de mais visibilidade: "Foi para defender esses interesses específicos que, na convenção de Itu, os cafeicultores decidiram que precisariam ter um **órgão de imprensa**" (PILAGALLO, 2012, p. 40, grifo nosso).

Inicialmente, os oligarcas em questão oscilaram entre lançar um periódico republicano na província ou enviar ajuda financeira para a imprensa carioca, que àquela altura já estava estabelecida, inclusive em termos de maquinaria, e tinha a vantagem da proximidade com o centro do poder político. A decisão acabou sendo pela instituição de um jornal em São Paulo, donde *A Província de São Paulo* como materialização do desejo de representação política de uma elite econômica que, longe do poder, percebeu a necessidade de divulgar seus interesses. Pilagallo (2012) narra como se deu essa reunião de membros da elite local que, unidos em torno do objetivo político do grupo, identificaram a importância estratégica da disseminação do seu discurso:

Tomada a decisão, o passo seguinte seria a arrecadação de recursos para financiar o empreendimento, tarefa deixada a cargo de Américo Brasiliense e Manoel de Campos Salles, duas das maiores lideranças republicanas na província. (...) Juntos, os dois colocaram em prática um esquema para levantar os fundos necessários. Reuniram dezoito integrantes da fina flor da

elite paulista e formaram uma sociedade em comandita chamada Pestana, Campos & Cia. Os dois nomes que aparecem na razão social são os daqueles que deram as maiores cotas: Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos (PILAGALLO, 2012, p. 41).

Após a viabilização financeira do empreendimento, a empresa foi instituída com sede "num sobrado na esquina da rua do Palácio (futura rua do Tesouro) com a do Comércio (futura Álvares Penteados)" (PILAGALLO, 2012, p. 44). Apesar do aporte financeiro, considerado alto para a época, o jornal surgiu ainda com condições precárias (prelo manual) e a edição inaugural, prevista para 1º de janeiro, só ficou pronta três dias depois, com quatro páginas e tiragem de dois mil exemplares.

É interessante destacar como o primeiro número da *Província* se apresenta aos leitores, expondo o pensamento e os objetivos do jornal em texto de capa que, no sentido em que representa uma mensagem direta dos donos para os leitores (sem o filtro das notícias), pode ser lido como seu primeiro editorial:

Mais uma folha diária vem oferecer à província de S. Paulo campo livre aos debates tão necessários para solução de problemas importantes que interessem a seu desenvolvimento moral e material. Criada pelo concurso de capitais fornecidos por agricultores, comerciantes, homens de letras e capitalistas, está ela no caso de satisfazer as mais legítimas aspirações da rica e briososa província, cujo nome toma para seu título: e isso justifica seu aparecimento. **Esse motivo faz com que o novo jornal se apresente em condições de poder influir diretamente no progresso do país e na educação do povo (...)** Não sendo órgão de partido algum nem estando em seus intuitos advogar os interesses de qualquer deles, e por isso mesmo colocando-se em posição de escapar às imposições do governo, às paixões partidárias, (...) conta a Província de São Paulo fazer da sua independência o apanágio de sua força e a medida da severa moderação, sisudez, franqueza, lealdade e critério em que fundará o salutar prestígio a que destina-se a imprensa livre e consciente (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 1875, p. 1, grifo nosso).

Figura 1 - Edição inaugural de A Província de São Paulo, de 4 de janeiro de 1875



Fonte: acervo de O Estado de S. Paulo.

Como se vê, os editorialistas assumem a intenção de "influir diretamente no progresso do país", mas imediatamente nega-se a filiação com partidos políticos, não obstante a ligação direta do jornal com o PRP, condição que não é informada ao leitor. A socióloga Gisela Taschner, ao comentar o surgimento do jornal, defende que ele "nascia vinculado à luta política, aproximando-se, nesse sentido, do que se poderia chamar de um jornal de causa; ou seja, nascera para defender uma determinada linha editorial" (TASCHNER, 1992, p. 30).

Com o estabelecimento da República e o desenvolvimento da imprensa brasileira, o *Estado* emergia como o melhor jornal paulistano, ecoando os ideais republicanos na política e liberal na economia. A cidade ganhava mais periódicos paulatinamente, apesar de estar atrasada em relação ao Rio de Janeiro — a capital, além de contar com mais jornais, estava também à frente em termos técnicos e editoriais.

Nesse contexto, uma figura foi fundamental para o salto de qualidade do *Estado*: o jornalista e deputado estadual e federal Júlio de Mesquita, que, em 1902, se tornou o único proprietário do periódico, até então dividido com Rangel Pestana. A partir daí, o veículo jamais sairia das mãos da família Mesquita. Júlio de Mesquita aperfeiçoou as rotinas da redação do jornal, promovendo a qualidade dos textos. As vendas aumentaram e o veículo foi ganhando mais proeminência.

Uma das decisões mais citadas de Júlio como fundamental para o aumento da projeção de *O Estado de S. Paulo* foi o envio do engenheiro e tenente reformado Euclides da Cunha para cobrir o conflito de Canudos (1897), na Bahia, que incomodava as autoridades federais com seu discurso contra o pagamento de impostos e a favor da Monarquia. À época, os textos enviados do front por Cunha foram bem recebidos pelos leitores do jornal. No entanto, lida em retrospecto, a cobertura jornalística de Cunha, mostra-se parcial e enviesada em favor do Exército, ocultando o caráter repressor e violento do movimento do governo federal. O próprio Euclides admitiu, cinco anos após o confronto, quando publicou sua obra-prima, *Os Sertões*: "Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo" (CUNHA, 2005, p. 19).

Talvez ele se sentisse constrangido de atacar o Exército, uma vez que, além de ser tenente reformado, fora nomeado adido do Estado-Maior para cobrir a guerra - a indicação partira do próprio presidente Prudente de Moraes, atendendo a um pedido de Mesquita. Além disso, o fato de Euclides não ter saído do lado dos oficiais pode ter comprometido o equilíbrio dos relatos (PILAGALLO, 2012, p. 54).

O conhecido episódio nos interessa no sentido em que ilustra como o discurso jornalístico do *Estado* é construído em conformidade com os ideais daqueles que o publicam. No caso de Canudos, nem o massacre promovido pelas tropas do governo contra seu próprio povo foi suficiente para gerar um relato que

questionasse as forças da República, já que o jornal era abertamente apoiador do regime.

O avanço da industrialização no Brasil no início do século XX viabilizou a chegada de gráficas mais modernas, que facilitaram o processo de impressão e aumentaram as tiragens dos jornais. O aumento da oferta de produtos industrializados, que começavam a chegar aos lares das famílias, fez com que os jornais passassem a vender mais anúncios publicitários. Os preços dos periódicos caíram, a leitura foi deixando de ser um hábito restrito às elites e passou a fazer parte do cotidiano de uma faixa maior da população: a classe média.

Com a ascensão da classe média, *O Estado de S. Paulo*, conservador na política e liberal na economia, se posiciona como o principal veículo enunciador de um discurso que defende os valores de seus integrantes. Progressivamente, os donos do jornal almejam influir em questões importantes da sociedade brasileira, como a educação.

A articulação para a criação da Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, é fruto da atuação de Júlio de Mesquita Filho que, após retornar de exílio na Europa, usou como inspiração para a USP o modelo de universidades europeias como as de Sorbonne e Coimbra. Levantamos esse momento, pois o enxergamos como mais uma amostra importante do pensamento e da índole do *Estado*, o que qualifica nossa análise. Nesse aspecto, Irene Cardoso (1982) produziu talvez a mais detalhada investigação sobre a participação dos donos do *Estado* no projeto de criação da Universidade de São Paulo, revelando o projeto político e ideológico que viabilizou a empreitada.

Inicialmente, a pesquisadora desmonta a ideia de que a fundação da USP tenha sido fruto de um nobre ideal democrático que defendia a liberdade de pensamento. Apesar da inspiração liberal, Cardoso mostra que foi em acordo com a ditadura de Getúlio Vargas que a USP foi criada, quando a pauta anticomunista agradava a todos os envolvidos.

E omite-se, que é o que mais interessa no caso, que durante esta época, da implantação e primeiros passos da Universidade, os liberais postaram-se contra a liberdade de pensamento e expressão, apontando para a necessidade de fiscalizar o que se ensinava nas universidades e escolas secundárias, o que publicavam os jornais e o que se editava em livros e revistas (CARDOSO, 1982, p. 18).

Ao desconstruir o mito romântico da criação da USP como fruto de nobres intenções pela oferta democrática de ensino e promoção da liberdade de pensamento, Irene Cardoso desnuda que o "grupo do *Estado*" — como a pesquisadora denomina o conjunto de políticos e intelectuais reunidos em torno do jornal *O Estado de S. Paulo* —, ao encampar a ideia de fundação da Universidade, colocou em prática seu próprio projeto político e ideológico. O jornal assumiu a postura de um "partido ideológico" que funcionava como se fosse uma "força dirigente superior aos partidos políticos" (CARDOSO, 1982, p. 52).

Partindo da constatação de uma crise das oligarquias, fruto da decadência política que seguiu à implantação do regime republicano, apoiado pelo *Estado*, o "grupo do *Estado*" acreditava que a elite brasileira carecia de uma visão política nacional. Educação e política, segundo os integrantes desse grupo, deveriam estar vinculadas, sendo o aparelho de ensino um instrumento de coesão. A decadência política da época não é vista como consequência da implantação do republicanismo, mas sim como deturpação de seus ideais.

Para o "grupo do *Estado*", a via da regeneração da política nacional, segundo mostra Cardoso (1982), é a educação, e seu elemento de maior importância é a Universidade. A instituição máxima do ensino, de acordo com os objetivos dos integrantes do grupo, teria a função de formar as elites para liderar as massas. O jornal é utilizado pelo grupo como veículo de propagação das ideias que norteiam a criação da Universidade.

Essa elite que se considerava ilustrada e encarregada de corrigir os rumos políticos nacionais também é referenciada como "Comunhão paulista" (CARDOSO, 1982, p. 21). Irene Cardoso aponta, neste sentido, a centralidade do uso do jornal pelos membros desse grupo, que, ao longo dos anos que antecederam a fundação da Universidade, publicaram diversas "Campanhas", textos que discutiam temas, apoiados pelo *Estado*, relacionados à educação e sugeriam as medidas a serem tomadas. Vejamos:

O ano de 1925 corresponde ao do aparecimento de *A Crise Nacional*, de Júlio de Mesquita Filho, primeiro texto em que se fala explicitamente da necessidade de criação de uma universidade em São Paulo; por outro lado, a Comunhão incorpora a Revolução de 30 como parte do seu projeto, vendo nela a possibilidade da 'regeneração dos costumes políticos da nacionalidade', cujo significado seria a superação da 'crise das oligarquias', e a solução principal a criação de uma universidade em São Paulo. A caracterização do momento implica a utilização de todas as formas da

expressão da Comunhão paulista, elaboração ideológica que o 'grupo o Estado' faz de si próprio. Desta forma ganham relevo as análises das 'campanhas' desenvolvidas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, porta-voz da Comunhão (CARDOSO, 1982, p. 22).

Publicado na página 2 da edição de 15 de novembro de 1925 de *O Estado de S. Paulo* com assinatura de Júlio de Mesquita Filho, o longo artigo *A Crise Nacional* sintetiza a ambição de construir um projeto de hegemonia cultural e política por meio do ensino universitário para as elites, além de estabelecer o jornal como porta-voz oficial dessa empreitada.

Assim, reforçado o nosso conceito pela experiência dos Estados Unidos da América do Norte, onde é hoje principal preocupação dos governos e das elites dotar o país de um ensino superior capaz de ombrear com os mais sólidos e perfeitos da velha e ainda insuperável Europa ocidental, chegamos à conclusão de que não poderemos fugir à criação de universidades, talhadas nos moldes dos institutos similares europeus (MESQUITA FILHO, *O Estado de S. Paulo*, p. 2).

O envolvimento do *Estado* na criação da Universidade de São Paulo, portanto, é indicativo do interesse de seus donos e colegas da elite econômica em estabelecer o ensino universitário para membros das altas camadas políticas e econômicas, enquanto para o restante da população (mão de obra) é suficiente o ensino básico e técnico. Cardoso resume a questão: "A criação da Universidade de São Paulo é muito menos o produto de um 'movimento educacional renovador' (...) do que efetivamente o produto de um projeto político e ideológico" (CARDOSO, 1982, p. 62).

Dois outros momentos da história brasileira são importantes fontes para efetuarmos uma leitura privilegiada da índole do jornal *O Estado de S. Paulo*: o período que antecedeu o golpe militar de 1964 e a eleição de Fernando Collor para a presidência da República. Em 1964 o *Estado* gozava de robusta saúde financeira e enorme prestígio editorial, representando o polo mais forte de influência na formação da opinião pública paulista. "O papel de Mesquita em 1964 tinha o peso do jornal que ele dirigia" (PILAGALLO, 2012, p. 163).

Apoiador do partido União Democrática Nacional (UDN), o *Estado* reproduzia o temor ao comunismo, o antiestatismo e a visão favorável ao capital estrangeiro, principais pautas da camada conservadora da sociedade brasileira à época. Um editorial de 21 de março de 1964 celebra efusivamente a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", realizada em 19 de março de 1964 (FAUSTO,

2015) como demonstração de repúdio ao governo de João Goulart e em resposta ao comício que o presidente realizara seis dias antes na Central do Brasil.

Passou-se isso a 13 deste mês. Pois exatamente decorridos seis dias sobre esse acontecimento (...) - o que se verificou foi uma demonstração de repúdio aos **desvarios** do homem de São Borja por uma multidão dez vezes superior em número a que ele custosamente reunira na ex-Capital da República. Multidão desta vez composta de brasileiros profundamente cômnicos de seus deveres e obrigações, (...). Nos seus semblantes, (...) refletia-se a determinação que os arrancara de seus lares e de suas ocupações para virem àquelas ruas (...). Não vociferavam, não se lhes ouvia o ulular das multidões em delírio. Mas sentia-se a força indomável que os unia e os transformava numa vontade só. Ali, sim: ali se manifestava a vontade soberana da Nação. (...) o certo é que constituímos uma individualidade só, inteiramente empenhada no engrandecimento da Nação, indissolivelmente unida na disposição de varrer do território paulista e do brasileiro os elementos de desagregação trabalhados pelo espírito de Moscou (...) (O paulista e a Nação em perigo. O ESTADO DE S. PAULO, 21 de março de 1964, p. 3, grifo nosso).

Por oportuno, sublinhamos aqui o termo “desvarios”, que, veremos, aparecerá novamente nos editoriais do *corpus* da pesquisa. Ademais, interessa frisar o tom grandiloquente que o editorial impõe à da defesa da “Marcha da Família”, seus componentes e ideais, em uma abordagem que alerta para “os elementos de desagregação trabalhados pelo espírito de Moscou”, numa sinalização dos perigos do comunismo que está de volta ao debate público atualmente.

Em 2 de abril de 1964, após a consumação vitoriosa do golpe militar deflagrado na madrugada de 31 de março, que derrubara o governo democraticamente eleito do presidente João Goulart, o editorial do Estado é efusivo na comemoração: “Antes do mais, o triunfo alcançado está a dizer-nos que, finalmente, **a democracia brasileira venceu a ditadura** sob cujas estruturas a Nação vegetava” (O significado maior de uma vitória. O ESTADO DE S. PAULO, 2 abr. de 1964, grifo nosso). Paradoxalmente, o texto apresenta o golpe, portanto, como uma vitória da democracia, refletindo que a opinião do jornal é moldada de acordo com sua afinidade com o governo. Como João Goulart representava uma corrente política contrária aos interesses do *Estado*, o jornal não hesitava em usar seu espaço opinativo para defender e justificar a queda do presidente.

Pilagallo relata que nos primeiros anos da ditadura militar a imprensa paulista não manifestava desaprovação ao governo, e ainda havia liberdade de expressão. Em 1968, porém, já no período de maior recrudescimento do regime, o *Estado* sentiria o peso de uma ação verdadeiramente ditatorial. Em repúdio à

determinação do governo de punir o deputado Márcio Moreira Alves, que proferira um discurso desafiador às Forças Armadas, o jornal publica o editorial "Instituições em frangalhos": "É que, com o correr do tempo e o contato com a realidade, vai S. Exa. percebendo que governar uma nação de mais de 80 milhões de habitantes (...) é coisa muito diferente do comando de uma divisão ou de um exército" (Instituições em frangalhos. O ESTADO DE S. PAULO, 13 dez. 1968).

Figura 2 - Editorial "Instituições em frangalhos", crítico aos militares, representa ponto de ruptura do jornal com o regime

NOTÍCIAS, 13 DE DEZEMBRO DE 1968

NOTAS E INFORMAÇÕES

Instituições em frangalhos

Das últimas notícias... (text continues)

Decisivas as 72 próximas horas

Das 72 horas... (text continues)

Mudar links políticos

Os políticos... (text continues)

Crise de ordem sem religião

Os religiosos... (text continues)

O problema do índio

O problema... (text continues)

Finanças e investimentos pendentes

As finanças... (text continues)

Artes

As artes... (text continues)

Interiores

Os interiores... (text continues)

Estado

O estado... (text continues)

Hoje, no "Estado"

Hoje, no "Estado"...

Percebe-se opinião radicalmente contrária àquela que o jornal emitia no período que antecedeu o golpe militar, e mesmo nos primeiros anos do regime. No mesmo editorial, esse paradoxo fica claro:

Um após as outras, começaram a manifestar-se as contradições do artificialismo institucional que pela pressão das armas foi o País obrigado a aceitar. (...) A ARENA aderiu à rebeldia geral com tamanha evidência que o próprio MDB sentiu que era chegado o momento da desforra. Resolveu então, com uma ousadia que a todos espantou, enfrentar a **ditadura militar em que vivemos desde 1964** [...] (Instituições em frangalhos. O ESTADO DE S. PAULO, 13 dez. 1968, grifo nosso).

Nem o alinhamento editorial do jornal ao governo militar foi suficiente para que o então presidente Artur da Costa e Silva aceitasse a crítica do texto, o último escrito por Júlio de Mesquita Filho, que morreria no ano seguinte. Aquela edição, por conseguinte, foi apreendida pela Polícia Federal ainda na noite de 12 de dezembro, quando os exemplares saíam da gráfica para serem distribuídos. Costa e Silva, na sequência, decreta o Ato Institucional nº 5 (AI-5), cerceando o direito à liberdade de opinião da imprensa (PILAGALLO, 2012).

Salta aos olhos a mudança de opinião do periódico que, como vimos, comemorou o golpe militar, em nome da democracia brasileira, vindo quatro anos mais tarde a apontar a “ditadura militar em que vivemos desde 1964”. Na obra *A censura política na imprensa brasileira 1968 - 1978*, Marconi (1980) relata que, em sua maioria, os órgãos de imprensa atuaram de forma coadjuvante e até fiel ao regime militar, com poucos casos de veículos de comunicação que expuseram opiniões contrárias ao governo. O autor reproduz, no livro, depoimento de Ruy Mesquita, diretor e proprietário do *Estado*, datado de 1º de outubro de 1974, que nos parece especialmente relevante para o entendimento da índole do jornal:

A nossa posição política todo mundo conhece. Nós temos uma linha que sempre considerei liberal e democrática, apesar de ‘O Estado de S. Paulo’ ser considerado um jornal conservador (...). Os nossos jornais são contra o rumo político que a Revolução seguiu. Mas não tínhamos ilusões. Meu pai, que participou, como eu também, da conspiração que deruntou a Revolução de 1964 tínhamos reuniões diárias com militares que se opunham à situação e que acabaram derrubando Goulart -, sabia que não era possível, caso a Revolução fosse vitoriosa implantar imediatamente depois um regime plenamente democrático. Era forçoso impor um período de anormalidade política até que se saneasse o campo político brasileiro para que se pudesse reiniciar o processo democrático no País [...]. Promulgaram o AI-5 e aí foi a ruptura definitiva. Até ali nós vínhamos divergindo em caso e número, mas não em gênero, porque nós sabemos que o processo tinha

que ser aquele, achávamos que devia ser aquele (depoimento de Ruy Mesquita) (MARCONI, 1980, p. 172).

O depoimento de Ruy Mesquita, ao mesmo tempo em que assume a participação da família na trama do golpe, mostra que se sabia que o movimento jogaria o Brasil inevitavelmente num período de “anormalidade política”, que podemos tomar como um eufemismo para uma ditadura. Quando, uma vez no poder, os militares não seguiram aquilo que se esperava, o *Estado* denuncia os problemas do regime.

Esse ponto evidencia o problema do entendimento da atuação das empresas de jornalismo nas sociedades: se elas refletem uma espécie de pensamento principal que já está fervilhando no ceio das comunidades e que encontra plataforma de divulgação nas mídias ou se essas empresas dão publicidade a seus próprios pensamentos e, com a força da mensagem midiática, impõem sua agenda à sociedade. A resposta parece estar no meio do caminho, conforme aponta Melo:

Entendemos que os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são ‘aparatos ideológicos’, (...) pelo menos atuando como uma ‘indústria da consciência’, (...) influenciando pessoal, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São, portanto, veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem (MELO, 2003, p. 73).

Para concluir a discussão acerca de posicionamentos históricos do periódico que nos permitem jogar luz sobre sua índole e postura política, apontamos, brevemente, uma mudança de opinião semelhante àquela que se deu em relação ao golpe militar de 64. Às vésperas do segundo turno da eleição presidencial de 1989, a primeira após 29 anos, o *Estado* assume posição e indica o voto preferencial em editorial de 14 de dezembro de 1989.

O artigo pinta com cores fortes o perigo que, de acordo com o jornal, o Partido dos Trabalhadores (PT) representa: “O conceito de democracia petista que hoje se conhece está baseado na intimidação moral, na ameaça da violência que difunde o medo” (O perigo dos radicais. O ESTADO DE S. PAULO, 14 dez. 1968, p. A3). Na sequência, o jornal indica que a instalação do PT no poder pode levar o Brasil a se distanciar da democracia: “Foi assim que o totalitarismo se instalou na

Europa - apavorando os que estão habituados, por educação e até mesmo por concepção do mundo, a supor que a vida democrática é civilizada (...)” (O perigo dos radicais. O ESTADO DE S. PAULO, 14 dez. 1968, p. A3).

Já na conclusão, o editorial reforça o tom alarmista e taxativo, estabelecendo que o PT no poder significa um verdadeiro desastre; arremata, portanto, registrando a única opção lógica (e patriótica) para o voto na eleição presidencial:

O programa do PT transformará o Brasil num país fora do mundo moderno: a ação deletéria dos grupos anticonstitucionais, fazendo pressão sobre o temperamento fraco do sr. Luís Inácio Lula da Silva, fará da democracia um simulacro e sacrificará os trabalhadores, como Stalin os sacrificou na Rússia, Castro em Cuba e Mao na China. **Por tudo isso, a posição do bom senso e do patriotismo recomenda que se vote no respeito à Constituição, que hoje é encarnado pelo sr. Fernando Collor de Mello** (O perigo dos radicais. O ESTADO DE S. PAULO, 14 dez. 1968, p. A3, grifo nosso).

Pouco tempo depois, já eleito, Collor anunciaria seu plano econômico, conhecido como “Plano Collor”, destinado a conter a inflação e estabilizar a economia. As medidas causaram perplexidade, especialmente pelas restrições aos saques da poupança e pelo confisco de valores superiores a 50 mil cruzados por 18 meses. O editorial de 17 de março de 1990, distante menos de três meses daquele que indicou o voto em Collor como proteção à democracia, muda de tom:

O risco que corre a Nação diante da obstinação do chefe de Estado é que, malogrando as medidas ou alteradas pelo Congresso, s. exa. insista na vitória a qualquer preço e arraste no turbilhão das paixões desencadeadas pela demagogia as instituições democráticas. (...) Se persistir na estratégia da vitória a qualquer custo, e pretender de fato queimar os navios, como fez Hernán Cortez, o presidente Collor de Mello estará jogando o tudo pelo tudo e comprometendo definitivamente o projeto democrático brasileiro (Salvar as instituições. O ESTADO DE S. PAULO, 17 mar. 1990, p. A3).

Folha de S. Paulo

Criado por redatores de *O Estado de S. Paulo*, o vespertino *Folha da Noite*, que deu origem à *Folha de S. Paulo*, foi publicado pela primeira vez em 19 de fevereiro de 1921. De acordo com Pilagallo (2012), a *Folha da Noite* surgiu para ocupar o vácuo deixado pelo cancelamento da publicação vespertina do *Estado*.

Entre os fundadores do vespertino, uma presença chama a atenção: Júlio de Mesquita Filho. Apesar de ficar pouco tempo no jornal, pois logo sucederia seu pai na direção do *Estado*, Mesquita Filho participou da redação do primeiro editorial, que expõe, na primeira página, o programa do jornal.

Ao contrário dos sisudos matutinos, como *O Estado* e *Correio Paulistano*, que se dirigiam à elite econômica e intelectual, os vespertinos, voltados para o pequeno comerciante e o funcionário público, adotavam uma linguagem menos empolada e privilegiavam assuntos urbanos (PILAGALLO, 2012, p. 62).

Escrito por Júlio de Mesquita Filho, o primeiro editorial do jornal, publicado na primeira página, aí figura com o título "O nosso programa", sendo assim interpretado por Taschner:

assumia explicitamente a postura de oportunista, entendendo por este termo o direito de mudar de opinião sempre que novos fatos assim o exigissem. A justificativa para tal postura era a de que a coerência em relação a atitudes tomadas no passado não deveria servir de pretexto à estagnação da razão (TASCHNER, 1992, p. 41).

Tendo em vista os pontos que já analisamos sobre a postura do *Estado*, é interessante notar que o primeiro editorial da *Folha* defende exatamente a possibilidade de mudança de opinião, algo que se torna recorrente nas duas publicações. Contudo, a mudança de opinião, quando ocorre, não é sempre acompanhada de autocrítica.

Elaborado em 2018, o Manual da Redação da *Folha de S. Paulo* registra a liderança de Olival Costa e Pedro Cunha na criação da *Folha da Noite* e aponta o público ao qual o periódico se destinava: "Dirigia-se a leitores urbanos de classe média, que o novo jornal conquistou graças ao estilo mais leve e informativo que o dos concorrentes" (FOLHA DE S. PAULO, 2018, p. 25).

Nos primeiros tempos, a *Folha da Noite* era impressa nas oficinas do Estado. Na época, os dois jornais não eram concorrentes diretos, e o matutino, já confortável na posição de o mais importante órgão de imprensa de São Paulo, foi o grande responsável pela viabilização do projeto (PILAGALLO, 2012, p. 66).

Como aponta o Manual da Redação, a *Folha da Noite* se firmou na abordagem de pautas de interesse da classe média urbana, como a melhoria dos

transportes, a construção de moradias, ampliação da rede escolar, entre outros temas caros a uma camada que emergia com a industrialização do país.

Em 1925, com os bons resultados da *Folha da Noite*, a empresa lança a *Folha da Manhã*: “As duas publicações eram permeáveis à influência de imigrantes e outras camadas sociais ascendentes” (FOLHA DE S. PAULO, 2018, p. 25). A necessidade de falar diretamente com a classe trabalhadora fazia com que a *Folha da Noite* publicasse notícias em idiomas estrangeiros, como italiano e alemão, devido aos imigrantes que chegavam às fábricas de São Paulo (PILAGALLO, 2012).

Apesar de dar destaque a assuntos do dia a dia dos trabalhadores da cidade, formadores da emergente classe média baixa paulistana, a postura da *Folha da Noite*, segundo alerta Pilagallo, não deve ser vista como favorável às reivindicações socialistas de emancipação da classe proletária:

A simpatia pelos operários nada tinha de revolucionária. Ao contrário, a concepção do que deveria ser a relação entre capital e trabalho estava pautada pelo modelo fascista. O jornal criticava o líder italiano Benito Mussolini, chamando-o de tirano e opressor, e ainda assim via lições a serem aprendidas com seu regime, como a autonomia controlada da organização europeia (PILAGALLO, 2012, p. 69).

O fazendeiro cafeicultor Octaviano Alves de Lima adquiriu a *Folha da Noite* e a *Folha da Manhã* em 1931, conforme relatam Pilagallo (2012) e o Manual da Redação (2018). Identificamos, assim como apontado neste capítulo, no caso do *Estado de S. Paulo*, o interesse da elite econômica da época nos órgãos de imprensa: “As Folhas terminaram vendidas a Octaviano Alves de Lima, fazendeiro e comerciante que tencionava aproximá-las da agricultura exportadora de São Paulo” (FOLHA DE S. PAULO, 2018, p. 25). Esse interesse, sabemos, segue presente.

Terceiro periódico da empresa, a *Folha da Tarde* surge em 1949. A notar que, mesmo com três jornais, a *Folha* não conseguia fazer sombra ao *Estado*, firmemente estabelecido no cenário da imprensa nacional com experiência de quase meio século quando nasceu a *Folha da Noite*. No início da década de 1960, a empresa percebe a necessidade de unificar seus títulos: “Os três jornais se consolidaram em um só, matutino, publicado pela primeira vez em 1º de janeiro de 1960: a *Folha de S. Paulo*” (FOLHA DE S. PAULO, 2018, p. 26, grifo do autor).

O primeiro editorial do novo jornal explica a mudança de nome: “não havia, como não há, fatos novos, em quantidade suficiente para alimentar três

jornais autônomos na feitura” (Um só nome para os nossos três jornais. FOLHA DE S. PAULO, 1º de jan. 1960, p. 3). O texto também apresenta a pretensão de ser um veículo nacional, apesar da sede em São Paulo:

Somos, efetivamente, a FOLHA DE S. PAULO, porque em São Paulo se edita nosso jornal e a São Paulo se consagra. Sem eiva regionalista, todavia, antes com a preocupação de servir ao Brasil, que é a única maneira de defender eficazmente os interesses do Estado e do país (Um só nome para os nossos três jornais. FOLHA DE S PAULO, 1º de jan. 1960, p. 3).

Não obstante os bons resultados obtidos junto à classe média, a *Folha* não tinha a reputação e o inseparável capital simbólico do *Estado*, estabelecido na liderança e dono de forte prestígio editorial. Apesar de ostentar números relevantes de circulação e disputar a vice-liderança da imprensa paulista com o *Diário de S. Paulo*, a *Folha* passava por sérias dificuldades financeiras. Em 1962, a empresa foi comprada por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho (FOLHA DE S. PAULO, 2018; PILAGALLO, 2012). Era o início do domínio da família Frias, que segue no comando da empresa.

Ex-diretor do Banco Nacional Imobiliário (BNI), Frias desenvolvia negócios no ramo da construção civil — ajudou a construir, ao lado de Caldeira Filho, a estação rodoviária da Luz, no centro da capital paulista (PILAGALLO, 2012). É a partir da década de 1960 que a *Folha*, com a redação modernizada pelos novos investimentos de Frias e Caldeira, passa a ganhar maior relevância no debate público nacional.

Como acontece no caso do Estado, o período que antecedeu o golpe militar de 64 nos proporciona uma perspectiva privilegiada para a compreensão do pensamento da *Folha*. A notar, a propósito que, nesse momento da história nacional, um jornal não se diferenciou do outro no combate a uma suposta ameaça comunista, que os principais órgãos de imprensa do país afirmavam existir. Pilagallo aponta que “a maior contribuição da *Folha* para o golpe se deu no campo da difusão de teses antipopulistas” (PILAGALLO, 2012, p. 157).

No editorial “Esses não se omitiram”, publicado na primeira página da edição de 21 de janeiro de 1963, a *Folha* repercute um congresso que organizara com o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. O presidencialismo acabara de ser reinstituído no Brasil, e a *Folha* apressava-se em orientar os integrantes da elite

para que tomassem as rédeas das mudanças estruturais que o governo de João Goulart planejava fazer. O editorial foi claro: “A omissão das elites, especialmente, no que se refere à ação coordenada, tem sido a causa de muitos dos grandes males que assolam o país” (Esses não se omitiram, FOLHA DE S. PAULO, 21 de jan. 1963).

Na obra “História da imprensa paulista”, Oscar Pilagallo comenta o teor das discussões realizadas no congresso organizado pela *Folha*:

Entre outras proposições, o congresso defendeu o não reconhecimento do PCB e a negação do direito de voto aos analfabetos. As críticas do jornal ao governo, que sempre foram contundentes, aumentaram de tom às vésperas do golpe. A Folha trabalhava com a hipótese de que o presidente pretendia dar um golpe ou realizar uma manobra continuísta (PILAGALLO, 2012, p. 158).

Ao defender a realização de reformas destinadas à distribuição de renda e a intervenção estatal na economia para o desenvolvimento da indústria brasileira, o governo de João Goulart era taxado de comunista por grandes proprietários rurais, empresariado e classes médias urbanas (FAUSTO, 2015), e essa posição era ecoada pelos grandes órgãos de imprensa, como a *Folha*.

Destaque-se um editorial da *Folha* de 14 de março de 1964, ao comentar um comício organizado por João Goulart na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o qual afirma que o presidente “se porta como um pré-führer” e acusa-o de estar tramando um golpe comunista. Conclui, então, clamando pela intervenção militar:

Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança desse tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traíndo a Constituição e a pátria, ou permanecer fiéis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições (Para quê? FOLHA DE S. PAULO, 14 mar. 1964, p. 4).

Chama a atenção o grau de editorialização da chamada de capa da edição de 20 de março de 1964, que trata da “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade”. A descrição do evento abandona qualquer pretensão de isenção e imparcialidade do relato jornalístico, e abraça efusivamente a pauta do protesto:

A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a Constituição e os princípios democráticos, dentro do mesmo espírito que ditou a Revolução de 32, originou ontem o maior movimento cívico já observado em nosso Estado: a ‘Marcha da Família com

Deus, pela Liberdade'. Com bandas de música, bandeiras de todos os Estados, centenas de faixas e cartazes, numa cidade com ar festivo de feriado, a 'Marcha' começou na praça da República e terminou na praça da Sé, que viveu um dos seus maiores dias. Meio milhão de homens, mulheres e jovens - sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social - foram mobilizados pelo acontecimento. Com 'vivas' à democracia e à Constituição, mas vaiando os que consideram 'traidores da pátria', concentraram-se defronte da catedral e das ruas próximas. Ali, oraram pelos destinos do país (São Paulo parou ontem para defender o regime. FOLHA DE S. PAULO, 20 mar. 1964, p. 1).

Ao longo da década de 60, já na ditadura militar, a *Folha* cresceu economicamente, conforme relata Alencar (2011, p. 21). A empresa comprou, por preços baixos, jornais que, contrários ao regime, foram esmagados pela censura. Foi o caso do *Última Hora*, de Samuel Wainer, que era favorável a pautas trabalhistas e populistas e, por isso, execrado pelo empresariado. O periódico foi implacavelmente boicotado até que a *Folha* o comprasse "praticamente de graça", assumindo o passivo trabalhista (TASCHNER, 1992, p. 135).

Na década de 70, a *Folha*, comandada por Frias e Caldeira, assumiu a gestão da Fundação Cásper Líbero, dona dos jornais *A Gazeta* e *A Gazeta Esportiva*. Crescia, então, a participação de mercado da empresa que, se ainda não gozava da mesma reputação de *O Estado de S. Paulo*, aumentava sua presença na vida dos paulistas. Sobre este crescimento, Taschner comenta:

Dessa maneira, até fins dos anos 70, Frias e Caldeira tinham sob seu controle, além de suas próprias empresas jornalísticas, as da Fundação Cásper Líbero. Isto fez com que ao longo dessa década tivessem controle sobre uma market-share de cerca de 50% no que se refere à venda avulsa na Grande São Paulo (TASCHNER, 1992, p. 151).

Figura 3 - Primeira página da edição de 20 de março de 1964 da *Folha de S. Paulo*



Fonte: acervo da *Folha de S. Paulo*.

Ao longo dos anos 70, com o recrudescimento do regime militar, cada vez mais violento, a *Folha da Tarde*, do Grupo Folha, destacou-se no papel de "porta-voz da repressão", conforme relata Pilagallo (2012, p. 206). De fato, o jornal foi franqueado a policiais e militares: "O chefe de reportagem, Carlos Dias Torres, era

investigador de polícia. O editor de internacional, Carlos Antônio Guimarães Sequeira, trabalhava como delegado e agente do Dops" (PILAGALLO, 2012, p. 206).

Não foi apenas a *Folha da Tarde*, entre os jornais da *Folha*, que manteve relações estreitas com a polícia política durante a ditadura militar. Também o *Notícias Populares*, do mesmo grupo, seguiu esse caminho. Os jornais, dessa forma, davam amplo destaque às versões dos militares sobre os assuntos nacionais, especialmente em relatos de conflitos armados.

Com isso, cresceu o confronto do Grupo Folha com as organizações armadas que lutavam contra o regime. O ápice dessa luta se deu quando, em 21 de setembro de 1971, dois carros da *Folha* foram incendiados pelo grupo de guerrilha Ação Libertadora Nacional (ALN).

No dia seguinte, Octavio Frias de Oliveira toma a caneta e publica um editorial assinado na primeira página da Folha de S. Paulo, com o título em letras maiúsculas: "BANDITISMO". Vejamos um trecho do conteúdo:

A sanha assassina do terrorismo voltou-se contra nós. Dois carros deste jornal, quando procediam ontem à rotineira entrega de nossas edições, foram assaltados, incendiados e parcialmente destruídos por um bando de criminosos, que afirmaram estar assim agindo em 'represália' a notícias e comentários estampados em nossas páginas. [...] O Brasil de nossos dias é um país que deseja e precisa permanecer em paz, para que possa continuar a progredir. Um país onde o ódio não viceje, nem há condições para que a violência crie raízes [...]. Porque, na verdade, procurando atingirmos, a subversão visa atingir não apenas este jornal, mas toda a Imprensa deste país, que a desmascara e denuncia seus crimes (Banditismo. FOLHA DE S. PAULO, 22 set. de 1971, p. 1).

Já no fim dos anos 1970, período em que estava mais engajada na defesa da democracia, a *Folha* sente a mão pesada da censura. Em 1º de setembro de 1977, o jornal publicou, no caderno Ilustrada, uma crônica do jornalista Lourenço Diaféria que os militares consideraram como ofensiva. O jornalista foi preso poucos dias depois, e Octavio Frias de Oliveira foi ameaçado com a possibilidade de fechamento do jornal caso voltasse a publicar, como o fez em 10 de setembro, a coluna de Diaféria em branco. Kushnir aponta que

após publicar a crônica de Diaféria, a *Folha de S. Paulo* passou pela sua maior crise de relacionamento com os governos militares. No dia 20 de setembro, a direção da empresa Folha da Manhã decidiu suspender todos os editoriais e artigos da *Folha de S. Paulo* em decorrência da prisão do jornalista Lourenço Diaféria (KUSHNIR, 2012, p. 224).

Com o declínio do regime militar, que se acentua no início da década de 80, a *Folha*, outrora aliada do governo, assume protagonismo "na defesa da emenda constitucional que previa eleição direta para presidente da República" (PILAGALLO, 2012, p. 229). O editorial "Por eleições diretas", publicado em 27 de março de 1983, é pioneiro ao abrir espaço para a pauta, que se transformaria em uma grande campanha, enquanto os outros veículos de imprensa ainda hesitavam em apoiar a ideia. Alguns trechos do editorial:

No momento em que o processo sucessório toma impulso e sua face pública deixa entrever a complexidade das alternativas que coloca, esta "Folha" considera oportuno reafirmar aos seus leitores algumas opiniões simples e claras sobre o tema. Em primeiro lugar, fomos e somos favoráveis a eleições diretas em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República. [...] O que parece certo, entre muitas incertezas, é que o êxito da tese das eleições diretas será tão menos improvável quanto mais firme e abertamente ela seja sustentada pelos setores da opinião pública que lhes são favoráveis. Se tais setores se mostrarem amplamente majoritários, como acreditamos que são, sua vontade constituirá também um fator que não deixará de pesar no curso dos acontecimentos (Por eleições diretas. FOLHA DE S. PAULO, 27 mar. 1983, p. A2).

Um outro movimento da *Folha*, último digno de menção neste capítulo, foi a promoção de Otavio Frias Filho, em 1984, ao cargo de diretor de redação. Frias Filho, então com 27 anos de idade, "deu início ao chamado Projeto Folha" (PILAGALLO, 2012, p. 236). O jovem jornalista e intelectual identificou o problema de identidade do jornal, que passou de uma posição acrítica durante a maior parte da ditadura para uma aproximação com a sociedade civil ao estimular a campanha que pôs em xeque o regime militar. Frias Filho criou, então, um projeto editorial "que sintetizava as experiências do período anterior ao preconizar um jornalismo crítico, pluralista e apartidário" (FOLHA, 2018, p. 27).

Acreditamos que as trajetórias ora delineadas possam nos servir de apoio para entender os bastidores da argumentação dos referidos periódicos ao longo dos editoriais que compõem o *corpus* da pesquisa, no sentido em que nos permitirá ler os artigos tendo a perspectiva da índole de cada jornal, conforme expusemos aqui.

3 ANÁLISE DO *CORPUS*

Contextualização histórica e apresentação do *corpus* da pesquisa

Eduardo Cunha, então deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados, aceitou, em dezembro de 2015, um dos vários pedidos de *impeachment* presidencial que haviam sido apresentados ao Congresso até aquela data. A alegação era de que teria havido manipulação contábil ilegal no orçamento federal, configurando crime de responsabilidade, o qual, de acordo com a lei nº 1079, de 10 de abril de 1950, acarreta perda do cargo. José Luiz Aidar Prado e Vinícius Prates explicam:

De acordo com a denúncia, a finalidade das manobras do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) teria sido ajustar o orçamento para a previsão de superávit primário anteriormente aprovada, por meio de empréstimos entre órgãos governamentais e empresas estatais. Esses procedimentos ficaram conhecidos como ‘pedaladas fiscais’ (PRADO; PRATES, 2019, p. 47).

Demarcar com precisão o início do processo que culminaria na derrubada da presidente Dilma Rousseff, no entanto, não é tarefa tão simples, como pode parecer à primeira vista. Se é possível afirmar com segurança que o rito legislativo foi oficialmente desencadeado na quarta-feira, 2 de dezembro de 2015, não encontramos a mesma facilidade para definir a movimentação política que levou Eduardo Cunha a começar a girar as engrenagens institucionais do *impeachment*. É evidente, contudo, que o processo teve início antes do dia em que Cunha autorizou a abertura formal do pedido, formulado por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal.

A pré-história do *impeachment* é controversa. Segundo alguns analistas, os fatos deflagradores remontam ao ano de 2012 e envolvem a insatisfação do setor bancário com relação à política de juros implementada pelo governo federal. (AB’SABER, 2015). Já outros consideram a própria vitória de Dilma, na eleição presidencial de 2014, como o início do processo de sua queda, tendo em vista o discurso confrontador do adversário derrotado, Aécio Neves,⁸ e o clima belicoso

⁸ Cf.: BORGES, Rodolfo. Em discurso duro e pouco conciliador, Aécio dá o tom da oposição. *El País Brasil*. São Paulo, 05 nov. 2014. Disponível em:

instaurado no Congresso Nacional. De acordo com essa tese, defendida pelo filósofo e linguista Sírio Possenti, merece destaque a contestação da vitória de Dilma nas urnas, empreendida por diferentes setores da sociedade.

Por exemplo, certamente o processo de impedimento de Dilma Rousseff não começou em dezembro de 2015 (...). Talvez se possa dizer que começou no dia da reeleição (26/10/2014), porque o resultado foi de certa forma inesperado, especialmente porque, até a abertura das urnas do Norte do país, a vitória do outro candidato era dada como certa. A derrota não foi aceita com a naturalidade desejada nas democracias. Foi contestada em diversas instâncias, das jornalísticas às judiciárias (POSSENTI, 2016, p. 1076).

Quanto à duração do processo, considerado estritamente seu desenvolvimento formal no Congresso Nacional, durou 273 dias,⁹ recobrando o período de 02/12/2015 a 31/08/2016, e pode ser resumido na tabela a seguir, que reúne as principais datas e acontecimentos.

Tabela 1 - Cronologia do *impeachment*

MÊS	ACONTECIMENTO
Dezembro/2015	Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, acolhe pedido de <i>impeachment</i>
Março/2016	Formação, na Câmara, de Comissão Especial para análise do pedido
Abril/2016	Comissão Especial apresenta parecer favorável ao <i>impeachment</i> Plenário da Câmara aprova abertura do processo de <i>impeachment</i> Encaminhamento do processo ao Senado Instalação de Comissão Especial no Senado para análise do processo
Mai/2016	Comissão Especial do Senado apresenta parecer favorável ao acolhimento do <i>impeachment</i> Senado autoriza abertura do processo de <i>impeachment</i> Dilma é afastada temporariamente (180 dias) do cargo de presidente da República O vice-presidente Michel Temer assume a Presidência como interino
Agosto/2016	Plenário do Senado aprova o <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff, que é afastada do cargo, mas mantém os direitos políticos

Fonte: IMPEACHMENT (2016a).

<https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/05/politica/1415218131_581862.html>. Acesso em: 08 mar. 2019.

⁹ IMPEACHMENT de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. *Senado Notícias*. Brasília, 28 dez. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>> Acesso em: 21 set. 2019.

Ao analisar o desenvolvimento político do impedimento de Dilma Rousseff, José Luiz Aidar Prado e Vinicius Prates observam:

Em um processo que teve como juízes os deputados federais (que deram permissão para a abertura do processo, com o conseqüente afastamento de Dilma das funções) e os senadores (que confirmariam seu impedimento), a maioria deles de oposição, criou-se uma situação na qual a acusação que recaía sobre as 'pedaladas' passou a soar como tecnicidade, já que havia apoio político suficiente no Congresso Nacional, na imprensa e em parcelas consideráveis da opinião pública para o impeachment que encerraria 13 anos contínuos de comando do PT no Executivo Federal (PRADO; PRATES, 2019, p. 48).

Não são poucos os autores a pensar que “o impeachment da presidente pode ser analisado e compreendido sob o ponto de vista discursivo” (PRADO; PRATES, 2019, p. 49). Trabalho recente de Guazina, Prior e Araújo (2019) evidencia que “várias pesquisas em Comunicação têm apontado para elementos indicadores do papel de agente interessado dos principais meios de comunicação nacionais no agendamento e legitimação do processo de *impeachment* de Rousseff” (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2019, p. 11).

Melo defende que há uma "necessidade social da informação" (MELO, 2003, p. 19) que faz as pessoas buscarem os meios que relatam o que está acontecendo, sendo que, no contexto do capitalismo, marcado pela rápida circulação tanto de mercadorias quanto de ideias, a transmissão das informações adquire grande relevância política. Nota ele, ainda, a “natureza eminentemente política que o jornalismo assume desde o seu nascimento como processo social” (MELO, 2003, p. 21).

Corroborando, de modo mais geral, a tese de Santaella e Nöth de que “o ponto de vista que elege os processos de comunicação como campo de estudos coloca ênfase na comunicação como relação, transmissão, agenciamento, influência, troca e interação” (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 36), a presente Dissertação sublinha a presença inescapável dos meios de comunicação na vida social e a relevância da participação das mídias no desenrolar dos acontecimentos em tela. Nesse sentido, volta-se inteiramente à representação do *impeachment* nos espaços jornalísticos, tomando os editoriais de dois jornais impressos como objeto precípuo de estudo.

É bem verdade que o *impeachment* da presidente é “um acontecimento que se gesta em várias agendas e operações de inteligibilidades de diversos

campos sociais no qual o jornalismo perde a centralidade do ‘poder dizer’ diante de tantas narrativas públicas e privadas” (FAUSTO NETO, 2019, p. 18). Isto não significa diminuir a importância de nosso objeto; muito pelo contrário, assinalar o cenário de multiplicidade de discursos no qual os editoriais estão inseridos é parte do processo de significação do episódio. Para o mesmo Fausto Neto, as particularidades que envolveram o processo de *impeachment* de Dilma. Se, no caso da deposição do ex-presidente Fernando Collor, que exerceu o cargo entre 1990 e 1992, as mídias impressa e televisiva tiveram uma posição central,¹⁰ o *impeachment* de Dilma trouxe a produção midiática, literalmente, para as mãos das pessoas, pulverizando a fonte das informações e transformando, por meio da tecnologia, cada telefone celular em um enunciador de opinião. Neste sentido, ele ressalta:

O impeachment de Dilma Rousseff ocorre no contexto de uma mutação na sociedade provocada pela expansão e disseminação da cultura da mídia sobre a organização social. Tecnologias convertidas em meios geram intenso processo de mídiatização no seio do qual os processos interacionais entre instituições e atores sociais se cruzam a partir de lógicas de mídias, especialmente após o advento da internet (FAUSTO NETO, 2016, p. 99).

Ao compreender as empresas jornalísticas como partes interessadas nos desdobramentos dos fatos políticos do país, damos posição privilegiada aos editoriais jornalísticos. Como porta-vozes da opinião dos donos das empresas, os editoriais devem ser considerados enunciados políticos dos jornais. No complexo cenário do *impeachment*, repleto de atores e atrizes de diferentes origens e atuações diversas, ler os editoriais do período é jogar luz sobre a maneira pela qual um setor da sociedade (a mídia impressa) se posicionou sobre o processo.

Consideramos que a construção midiática da queda de Dilma Rousseff envolve “a constituição de um cenário de opinião favorável ao impedimento e, ao mesmo tempo, de desconstrução da imagem pública do Partido dos Trabalhadores e da própria presidenta eleita” (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, p. 13, grifo nosso). A formação da opinião favorável ao *impeachment* traz para o centro da questão, portanto, a função dos editoriais enquanto plataformas dedicadas especificamente à disseminação de um ponto de vista.

¹⁰ Apesar do caos econômico, com medidas de confisco de valores, o processo é desencadeado, principalmente, a partir de uma entrevista do irmão do ex-presidente à revista Veja. Cf.: FAUSTO NETO (2016, p. 99).

Apesar de esta pesquisa não ter o intuito ou o escopo de aprofundar a complexa questão da recepção na comunicação, cabe assinalar que, uma vez que as opiniões enunciadas nos editoriais do *corpus* não são desinteressadas, elas visam a estabelecer um diálogo com setores da sociedade que detêm os meios políticos e econômicos para levar a cabo as ideias defendidas nos textos. De fato, é com esse ponto em mente que repercutimos Santaella e Nöth, quando os autores afirmam:

(...) o ideal de uma congruência ou simetria entre a mensagem que o emissor quer transmitir e sua interpretação por parte do receptor já é etimologicamente inerente ao conceito de comunicação, pois a palavra latina *communicare* significa 'transmitir' no sentido de 'tornar algo comum' (SANTAELLA; NOTH, 2004, p. 50).

Dessa forma, reforçamos que a opinião dos editoriais visa ao convencimento, em que pese o fato de que é dirigida a uma pequena parcela da sociedade, como veremos no próximo capítulo. Essa parcela, no entanto, formada que é pelas elites política e econômica, além das próprias mídias, que dialogam entre si por meio dos editoriais, é detentora de grande capacidade de pautar o discurso público, principalmente por meio da repetição de temas. Assim como não podemos descartar a possibilidade de o processo de confecção das notícias ser afetado pela diretriz ideológica das empresas (MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2018), deve-se ter em mente que os editoriais são o *locus* por excelência para a expressão dessa diretriz.

Até porque, como vimos no início deste capítulo, delimitar o período do *impeachment* é tarefa difícil, cabe justificar os critérios de seleção dos referidos editoriais. Uma das primeiras constatações a qual chegamos por meio da pesquisa empreendida para a elaboração desta Dissertação, que envolveu a leitura de todos os editoriais dos jornais pesquisados desde a eleição de Dilma em 2014 até sua queda em 2016, foi que a ideia de *impeachment* surgiu prematuramente nos espaços opinativos de *Folha* e *Estado*. Encontramos a gênese dessa tese logo após a eleição de Dilma Rousseff, em 26 de outubro de 2014, para seu segundo mandato presidencial — identificamos, portanto, o surgimento do tema antes mesmo de Dilma tomar posse.

Trabalho de Guazina, Prior e Araújo (2019) sobre o mesmo tema acompanha nosso entendimento a respeito das origens do *impeachment*:

Vale lembrar que, logo após a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, por exemplo, alguns jornais brasileiros de referência começaram a publicar sobre a possibilidade de um *impeachment* da recém reeleita chefe do Poder Executivo. A visibilização, à época, desse tipo de rumor que sinalizava um descontentamento de partidos, grupos e setores sociais que apoiavam o então candidato derrotado, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, antes de qualquer ação institucional de fato, expôs o cenário que se avizinhava (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2019, p. 11).

De fato, pesquisa de Fausto Neto também corrobora nosso entendimento neste ponto, ao identificar esse tipo de movimentação adiantada para o *impeachment*. O autor, inclusive, volta ainda mais no tempo:

Já a partir de 2013 - três anos antes da saída da presidente - tanto nos contextos da mídia informativa, das manifestações de rua, das plataformas das redes sociais, (especialmente nas proximidades das eleições de 2014), e de mensagens publicitárias veiculadas por instituições econômicas, o *impeachment* da presidente vai sendo tematizado. Circulam mensagens e **palavras de ordem** apregoando seu afastamento (FAUSTO NETO, 2016, p. 99, grifo nosso).

Com a constatação de que tanto a *Folha de S. Paulo* como *O Estado de S. Paulo* começaram a emitir opiniões sobre a possibilidade de *impeachment* ainda em 2014, orientamos nossa pesquisa na busca por textos que fossem representativos de tal tendência. O objetivo foi entender como se deu o posicionamento opinativo dos veículos para que pudéssemos identificar seus interesses políticos e ter subsídios para ler comparativamente a atitude dos jornais em relação a como se postaram em outros episódios marcantes da vida nacional, conforme vimos no capítulo anterior.

Primeiramente, é fundamental destacar que os dados coletados evidenciam que o *impeachment* arrebatou a atenção dos jornais analisados, tanto em seus espaços opinativos como informativos. Passemos à análise de alguns números que sustentam essa constatação.

Tanto a *Folha* como o *Estado* disponibilizam, para assinantes, acesso a todo o acervo dos jornais, desde o primeiro número de cada publicação. Para a realização desta pesquisa, as edições foram digitalizadas e transferidas em arquivos do tipo PDF para o computador do pesquisador. Dessa forma, pudemos coletar e analisar todos os editoriais do período estudado. As duas tabelas a seguir

apresentam o número de ocorrências da palavra *impeachment* nos jornais, indicador que nos serviu de base para a leitura dos artigos.

Tabela 2 - Dados quantitativos sobre a palavra *impeachment* na *Folha*

Folha de S. Paulo	
Período de 27/10/2014 a 01/09/2016	
Número de ocorrências da palavra <i>impeachment</i>	
Todos os cadernos	Apenas na página de opinião (A2)
3.373 vezes	795 vezes

Fonte: elaborado pelo autor, após pesquisa no acervo digital dos jornais.

Tabela 3 - Dados quantitativos sobre a palavra *impeachment* no *Estado*

O Estado de S. Paulo	
Período de 27/10/2014 a 01/09/2016	
Número de ocorrências da palavra <i>impeachment</i>	
Todos os cadernos	Apenas na página de opinião (A3)
3.249 vezes	305 vezes

Fonte: elaborado pelo autor, após pesquisa no acervo digital dos jornais.

O apontamento da frequência de editoriais versando sobre o *impeachment*, dessa forma, é o primeiro passo para o estabelecimento do cenário no qual nos situamos. Entendemos tal quantificação como uma importante baliza da relevância do tema estudado, no sentido em que eles evidenciam que os editorialistas estavam nitidamente concentrados no *impeachment*, abordando-o repetidamente e construindo, dessa forma, suas posições políticas.

Ressaltamos que os números colocam em perspectiva aspectos importantes sobre a atenção que os jornais dedicaram ao tema do *impeachment*, mas é importante registrar que nem todos os posicionamentos sobre o assunto são necessariamente acompanhados de referência direta, com uso da palavra, ou seja, é possível tratar do *impeachment* sem recorrer necessariamente ao significante em questão, assim como também é possível usá-lo e não abordar o afastamento da

presidente. Dessa forma, apesar de nossa leitura pautar-se, em larga medida, por uma filtragem da palavra mesma, não se restringiu aos editoriais em que ela comparece materialmente. Tendo o “texto editorial como unidade de análise” (MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018, p. 228), a pesquisa tentou trazer para o *corpus* textos que, independentemente do uso da palavra, trataram do assunto em pauta.

É importante destacar a interessante similaridade no número de ocorrências do termo *impeachment* em todos os cadernos de ambos os jornais. Nas páginas opinativas, no entanto, registramos mais do que o dobro de vezes de menção à palavra na *Folha* na comparação com o *Estado*. Isto não significa, contudo, que o jornal dos Mesquita deu menos atenção ao assunto — como veremos, a veículo é inclusive mais incisivo e agressivo em suas opiniões.

A quantificação realizada, portanto, foi um primeiro filtro que auxiliou na condução da pesquisa. Na sequência, já com a constatação de que tanto *Folha* como *Estado* começaram a abordar a possibilidade de *impeachment* ainda em 2014 e dedicaram grande atenção ao tema até a consumação da queda da presidente, decidimos incluir no *corpus* da pesquisa o primeiro artigo editorial, de cada jornal, que tratou diretamente do impedimento de Dilma Rousseff, após sua eleição em outubro de 2014. A *Folha* abordou o tema pela primeira vez em 07/11/2014, enquanto o *Estado* o fez em 18/11/2014, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 4 - Início da ideia do *impeachment* na opinião dos jornais

Primeira menção ao <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff nos editoriais após sua eleição em 26/10/2014	
Jornal	Data do editorial
<i>Folha de S. Paulo</i>	07/11/2014
<i>O Estado de S. Paulo</i>	18/11/2014

Fonte: elaborado pelo autor, após pesquisa no acervo digital dos jornais.

Cumprimos, assim, o objetivo de assinalar o surgimento do tema *impeachment* nos editoriais — primeiro passo para justificar o *corpus*, definir e apresentar a sequência cronológica da marcha dos discursos opinativos dos jornais. Uma vez que delineamos o longo intervalo temporal no qual o *impeachment* foi tratado pelos editoriais (novembro de 2014 a setembro de 2016), vale ressaltar que

os demais artigos selecionados para o *corpus* compõem uma síntese do pensamento político dos veículos sobre o tema e nos permitem efetuar a leitura à luz da questão das formas de controle por meio da linguagem, conforme Foucault. Sem pretender exaurir a totalidade dos artigos, apresentamos, assim, a seleção completa dos 16 editoriais que compõem o *corpus* final da pesquisa.

Tabela 5 - Apresentação do *corpus* da pesquisa

Jornal	Data	Título do editorial
<i>Folha de S. Paulo</i>	07/11/2014	Dilma mudando
<i>Folha de S. Paulo</i>	15/03/2015	Cedo ou tarde demais
<i>Folha de S. Paulo</i>	14/04/2015	De março a abril
<i>Folha de S. Paulo</i>	08/07/2015	Dilma reage
<i>Folha de S. Paulo</i>	06/08/2015	Desconcerto
<i>Folha de S. Paulo</i>	25/08/2015	Sem bananas
<i>Folha de S. Paulo</i>	03/12/2015	O vício contra o vício
<i>Folha de S. Paulo</i>	03/04/2016	Nem Dilma nem Temer
<i>O Estado de S. Paulo</i>	18/11/2014	Desrespeito à democracia
<i>O Estado de S. Paulo</i>	15/03/2015	Tudo tem sua hora
<i>O Estado de S. Paulo</i>	14/04/2015	O não a Dilma persiste
<i>O Estado de S. Paulo</i>	07/07/2015	Sobre o despudor democrático
<i>O Estado de S. Paulo</i>	11/08/2015	Tarde demais
<i>O Estado de S. Paulo</i>	03/12/2015	O medo vence a esperança
<i>O Estado de S. Paulo</i>	07/04/2016	Impeachment é o melhor caminho
<i>O Estado de S. Paulo</i>	22/04/2016	Dilma leva um pito

Fonte: elaborado pelo autor, após pesquisa no acervo digital dos jornais.

Neste ponto, para concluir a apresentação do material analisado, consideramos importante registrar um compilado dos artigos. O conteúdo a seguir apresenta, para cada publicação (*Folha* e *Estado*) a data do editorial, seu título e uma breve citação que selecionamos com o intuito de ilustrar a opinião expressa no

artigo completo. O objetivo é municiar o leitor com o instrumental para a posterior análise dos textos, sem a necessidade de leitura da totalidade de cada editorial.

Apontamos, portanto, o título de cada artigo, além de grifar palavras e expressões para salientar o uso de adjetivos e identificar pontos críticos de opinião que serão especialmente relevantes para nossa análise. Desse modo, forma e conteúdo (significante e significado), como veremos, são particularmente importantes para o entendimento da marcha argumentativa. Neste ponto, seguimos o entendimento de J. Teixeira Coelho Netto, que retoma as clássicas lições da linguística saussuriana:

Entende-se por *significante* a parte material do signo (o som que o conforma, ou os traços pretos sobre o papel branco formando uma palavra, ou os traços do desenho que representa, por exemplo, um cão) e por *significado* o conceito veiculado por essa parte material, seu conteúdo, a imagem mental por ela fornecida. Deve-se observar que não há signo sem significante e significado, do mesmo modo como uma moeda não pode deixar de ter cara e coroa (COELHO NETTO, 2014, p. 20).

Folha de S. Paulo

Data: 07/11/2014

Título: Dilma mudando

Trecho: “As manifestações em favor do impeachment e até da deposição da presidente Dilma Rousseff, embora toleráveis em respeito à liberdade de expressão, não passam de **desvario político**” (Dilma mudando. Folha de S. Paulo, 07 de novembro de 2014, p. A2, grifo nosso).

Data: 15/03/2015

Título: Cedo ou tarde demais

Trecho: “Embora mereça as mais duras críticas, Dilma foi eleita de forma legítima; não existem, por ora, razões para impeachment (...) Não está evidenciado que Dilma Rousseff cometeu delitos ou abusou de seus poderes. **Tem agido, até prova em contrário, de boa-fé.** Mesmo sendo o impeachment um **remédio** constitucional, sua utilização é **traumática**. Por ampla que possa ser a gama de suas admissibilidades, a incompetência ou a estupidez não figuram entre elas. Melhor que prevaleça a **legitimidade do voto popular**” (Cedo ou tarde demais. Folha de S. Paulo, 15 de março de 2015, p. A2, grifos nossos).

Data: 14/04/2015

Título: De março a abril

Trecho: “Manifestações perdem força no intervalo de um mês, mas, com reprovação ainda muito alta, governo não se livra da pressão das ruas (...) Até agora, **nada nas investigações tem incriminado a petista**. A figura de Dilma surge quase como metáfora de um estado de corrupção sistêmica que a operação Lava Jato escancara” (De março a abril. Folha de S. Paulo, 14 de abril de 2015, p. A2, grifo nosso).

Data: 08/07/2015

Título: Dilma reage

Trecho: “O impeachment presidencial é, como se sabe, **remédio extremo** para situações extremas. Depende de dois requisitos, um jurídico, o outro político, para se consubstanciar (...). Embora numa democracia qualquer pessoa possa manifestar seu desejo de que o governo caia, uma proposta de impeachment só deve ser considerada seriamente se e quando aqueles dois critérios estiverem atendidos. **Ainda não é o caso**. (...) Impeachment é **solução traumática** que convém evitar enquanto houver alternativa” (Dilma reage, Folha de S. Paulo, 08 de julho de 2015, p. A2, grifos nossos).

Data: 06/08/2015

Título: Desconcerto

Trecho: “O impeachment é um recurso extremado da democracia para as raras situações em que se torna necessário ejetar um **governante legitimamente eleito**. Requer sólida comprovação jurídica de crime de responsabilidade, antes de mais nada, e depois o consenso político de que o mandatário perdeu toda a condição de governar. **Nenhum desses pré-requisitos está dado**” (Desconcerto. Folha de S. Paulo, 06 de agosto de 2015, p. A2, grifos nossos).

Data: 25/08/2015

Título: Sem bananas

Trecho: “A rigor, lei que define crimes de responsabilidade **permite impeachment por quase qualquer motivo**, mas não se deve banalizar o motivo. (...) Como já se afirmou neste mesmo espaço, o afastamento de um presidente é um **remédio**

amargo a ser ministrado somente diante de circunstâncias extremas. Sendo mecanismo sempre **traumático**, não pode, ao contrário do que parte da oposição quer fazer crer, ser empregado sem que profundas razões o exijam” (Sem bananas. Folha de S. Paulo, 25 de agosto de 2015, p. A2, grifos nossos).

Data: 03/12/2015

Título: O vício contra o vício

Trecho: “O impasse político em torno do impeachment tem feito mal ao país. Que se decida de uma vez, renovando a legitimidade da presidente Dilma Rousseff, ou negando-a em favor de uma solução pacífica, institucional e democrática – por **traumática** que possa ser” (O vício contra o vício. Folha de S. Paulo, 03 de dezembro de 2015, p. A2, grifo nosso).

Data: 03/04/2016

Título: Nem Dilma nem Temer (*publicado na capa do jornal*)

Trecho: “**A presidente Dilma Rousseff perdeu todas as condições de governar o país.** É com pesar que este jornal chega a essa conclusão. Nunca é desejável interromper, ainda que por meios legais, um mandato presidencial obtido em **eleição democrática**. (...) Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. (...) **Dilma Rousseff deve renunciar já**, para poupar o país do **trauma do impeachment** e superar tanto o impasse que o mantém atolado como a calamidade sem precedentes do atual governo” (Nem Dilma nem Temer. Folha de S. Paulo, 03 de abril de 2016, p. A2, grifos nossos).

O Estado de S. Paulo

Data: 18/11/2014

Título: Desrespeito à democracia

Trecho: “(...) radicais da direita têm defendido uma ‘intervenção’ para afastar do poder Dilma Rousseff e o PT. Pregam, claramente, um golpe militar. Esse **desvario golpista** é absolutamente inadmissível numa sociedade que conquistou instituições democráticas minimamente sólidas - capazes de resistir, por exemplo, a governos incompetentes e beneficiários de escandalosos esquemas de corrupção - porque

soube aprender a importância da liberdade ao resistir, durante 20 anos, a uma ditadura militar que fora instalada exatamente sob o pretexto de salvar a democracia” (Desrespeito à democracia. O Estado de S. Paulo, 18 de novembro de 2014, p. A3, grifo nosso).

Data: 15/03/2015

Título: Tudo tem sua hora

Trecho: “**Impeachment não é golpe**, não é desrespeito às urnas ou ‘terceiro turno’. É certamente **medida traumática** da qual se deve lançar mão apenas em condições extremas. (...) O fato de o prestígio e a credibilidade de Dilma despencarem ladeira abaixo não é suficiente para atender ao clamor popular, até porque **o pré-requisito das exigências legais não se cumpre**: um presidente só pode ser legalmente deposto em razão de ilícito por ele cometido na vigência de seu mandato, o que, apesar do escândalo da Petrobrás, está longe de restar provado no caso de Dilma. (...) **Tudo tem sua hora – e esta não é a do impeachment**” (Tudo tem sua hora. O Estado de S. Paulo, 15 de março de 2015, p. A3, grifos nossos).

Data: 14/04/2015

Título: O não a Dilma persiste (*editorial nitidamente orienta a oposição sobre como conduzir o impeachment*)

Trecho: “O impeachment do presidente da República **está previsto na Constituição**, que no art. 85 define os crimes de responsabilidade nos quais pode haver enquadramento. (...) Mais difícil, embora não impossível, é caracterizar a base legal para levar a presidente da República a julgamento. (...) Trata-se, portanto, de uma questão eminentemente política. **É aí que deveria entrar a oposição ao governo**, no trabalho de levantar e organizar as provas e evidências e de convencer a maioria dos parlamentares nas duas Casas do Congresso de que **o afastamento da presidente é uma imposição** da realidade política, econômica e social” (O não a Dilma persiste. O Estado de S. Paulo, 14 de abril de 2015, p. A3, grifos nossos).

Data: 07/07/2015

Título: Sobre o despudor democrático

Trecho: “As forças políticas que **se opõem ao governo** têm a responsabilidade – enfatizada por Fernando Henrique – de **apontar um rumo para o País** (...) Se isso

[impeachment] vier a ocorrer terá sido o resultado **não de um golpe**, (...) mas da aplicação das **medidas constitucionais**” (Sobre o despudor democrático. O Estado de S. Paulo, 07 de julho de 2015, p. A3, grifos nossos).

Data: 11/08/2015

Título: Tarde demais

Trecho: “Dilma Rousseff parece que não está realmente entendendo nada: 7 em cada 10 brasileiros (71%) reprovam sua atuação como presidente da República; 2 em cada 3 (66%) **apoiam a abertura de um processo de impeachment**” (Tarde demais. O Estado de S. Paulo, 11 de agosto de 2015, p. A3, grifo nosso).

Data: 03/12/2015

Título: O medo vence a esperança

Trecho: “(...) o comando político do governo está convencido de que a instauração de um processo de impeachment resultará, **inevitavelmente**, no **bilhete azul para Dilma Rousseff**. A bem da verdade, essa avaliação **é perfeitamente realista**” (O medo vence a esperança. O Estado de S. Paulo, 03 de dezembro de 2015, p. A3, grifos nossos).

Data: 07/04/2016

Título: Impeachment é o melhor caminho

Trecho: “**O bom senso recomenda o processo de impeachment**, portanto, como o melhor caminho. (...) A **inviabilidade prática da proposta de realização de eleições antecipadas** a curto prazo justifica a desconfiança de que se pode tratar de um recurso para tumultuar ainda mais o ambiente político ou de uma tentativa de evitar a aprovação do impeachment. (...) Mas o **remédio** para a crise não precisa ser inventado: está na Constituição e **se chama impeachment**” (Impeachment é o melhor caminho. O Estado de S. Paulo, 07 de abril de 2016, p. A3, grifos nossos).

Data: 22/04/2016

Título: Dilma leva um pito

Trecho: “A presidente Dilma Rousseff acrescentou um feito à sucessão de **vexames** que têm marcado seu **deplorável esperneio** contra o fim de carreira que se anuncia próximo: levou um pito público de três ministros do STF pela **sandice** de classificar

de golpe o processo de seu impeachment e pelo **despautério** de cogitar subir à tribuna da ONU para denunciar a conspiração da qual se considera vítima” (Dilma leva um pito. O Estado de S. Paulo, 22 de abril de 2016, p. A3, grifos nossos).

Leitura do *corpus* à luz do referencial teórico

O pensamento de Foucault nos mostra, sobre o discurso, que “as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10). É sob esta perspectiva que analisamos os editoriais selecionados de *Folha e Estado*: são textos eminentemente políticos que desejam exercer, sobre os leitores, efeitos de ordem e disciplina, típicos do poder. Neste sentido, Foucault nos ensina que devemos atentar à capilaridade e multiplicidade do poder em vez de tomá-lo como a figura central do Leviatã de Hobbes, um núcleo de onde emana toda sua força. Estudar o poder, assim, fora do campo limitado da soberania jurídica e do Estado.

Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (...) estudar o poder em sua face externa, onde ele se relaciona direta e indiretamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais (FOUCAULT, 2012, p. 283).

É preciso ler os editoriais a partir desta perspectiva do poder capilar que atinge seus súditos, aqueles que estão sujeitos às mudanças que os textos exigem. Dessa forma, cumpre notar, com Foucault, a importância do discurso em nosso modo de vida, sua posição de centralidade na dinâmica social na qual estamos inseridos.

Quero dizer que, em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (FOUCAULT, 2012, p. 279).

Os artigos que trazemos à baila são vistos sob o prisma das instâncias do controle discursivo, no sentido em que representam uma forma de ditar para a sociedade o certo e o errado sobre determinados temas, ou seja, carregam uma voz imperativa que emana supostas verdades. Em consonância com Foucault, quando

ele afirma: "A formação regular do discurso pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos do controle (é o que se passa, por exemplo, quando uma disciplina toma forma e estatuto de discurso científico)" (FOUCAULT, 1996, p. 66).

Admitindo, também com Foucault, que "a política é a sanção e a reprodução do desequilíbrio das forças manifestadas na guerra" (FOUCAULT, 2012, p. 275), colocamos em evidência que há uma violência no fazer político, a qual também pode ser vista na opinião política dos jornais. No sentido em que o discurso imperativo e unilateral dos editoriais impõe determinada significação da realidade para os leitores, há um nível de violência implícito. Aqui, quando falamos na significação que os editoriais pretendem dar aos acontecimentos, vale apontar, sempre com Coelho Netto, a definição de "significação":

A significação de um signo não deve ser confundida com o significado desse mesmo signo. O significado é o conceito ou imagem mental que vem na esteira de um significante, e significação é a efetiva união entre um certo significado e um certo significante (COELHO NETTO, 2014, p. 22).

É interessante notar, no *corpus*, essa conexão do significante e do significado de que depende a significação: Quando, no editorial de 22 de abril de 2016, o *Estado* faz uso de termos como "vexame", "deplorável esperneio", "sandice" e "despautério", além do próprio título ("Dilma leva um pito"), dá valor declaratório à falta de discernimento da presidente. Esse valor fica ainda mais claro quando o editorialista passa a tratar de algo que ainda não aconteceu, o discurso de Dilma na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU):

Só mesmo na manhã de hoje, quando Dilma subir à tribuna das Nações Unidas em Nova York, será possível saber se seu desespero chegará a ponto de expor o Brasil ao vexame de ser apontado por sua própria chefe de Estado como uma republiqueta em que as instituições democráticas estão 'em perigo' por conta da ação nefasta de 'golpistas' e 'traidores', entre eles os Poderes Legislativo e Judiciário (Dilma leva um pito. O Estado de S. Paulo, 22 de abril de 2016, p. A3).

Percebemos, assim, que os editoriais se apresentam como "discursos verdadeiros", os quais Foucault identifica como instrumentos de atuação do poder cujos efeitos sobre nós são de controle e repressão. Neste sentido, de acordo com Foucault:

(...) estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos de poder (FOUCAULT, 2012, p. 279).

Quando analisados, tanto individualmente quanto em bloco, os editoriais revelam essa intenção de verdade para a qual Foucault chama a atenção. Seus discursos carregam o peso da imposição daquilo que é certo e errado ao leitor, daquilo que precisa ocorrer para que determinada situação seja corrigida. Os textos definem um mundo dicotômico no qual é preciso sair de um ponto A para um ponto B, seguindo o caminho ditado por cada jornal, para que as coisas fiquem em ordem.

Neste sentido, nossa leitura dá conta de que tanto *Folha* como *Estado* apontaram, em seus editoriais, a necessidade da saída da presidente, mesmo que por caminhos diferentes. O início da caminhada opinativa dos periódicos, no entanto, foi semelhante no sentido em que ambos os jornais dedicaram atenção prematura ao tema do *impeachment*, ainda em 2014. Naquele momento, rechaçaram veementemente a ideia do impedimento de Dilma, conforme mostra nosso *corpus*: em 07 de novembro de 2014 a *Folha* classificou de “desvario político” a possibilidade de um *impeachment* presidencial; o *Estado*, aos 18 de novembro do mesmo ano, no artigo “Desrespeito à democracia”, fez uso do mesmo substantivo — vale atentar, neste ponto, para o diálogo entre os editorialistas — e apontou o “desvario golpista” como “absolutamente inadmissível”.

A despeito desse ponto de partida comum, apontamos uma marcha desigual na construção argumentativa dos jornais, a qual só faz espelhar a índole das empresas, como previsto no capítulo anterior. A *Folha*, principalmente a partir de meados dos anos 1980, com o projeto editorial idealizado e implementado pelo então diretor de redação Otavio Frias Filho, quer-se um espaço mais intelectualizado do que político. O jornal reivindica, reiteradamente, posição apartidária, pluralista, crítica e independente.¹¹ Já o *Estado* liga-se desde seu surgimento à política paulista e defende abertamente ideais conservadores e de interesse da burguesia local.

A leitura do *corpus* mostra que a *Folha* pondera que é difícil caracterizar o crime de responsabilidade de Dilma para justificar o *impeachment*, classificado pelo uso repetido de construções como “remédio extremo” e “solução traumática”. O

¹¹ Cf.: PILAGALLO (2012), FOLHA DE S. PAULO (2018).

jornal fala também que o *impeachment* causaria um “trauma” na sociedade brasileira e não poderia ser tratado apenas sob o prisma político. Com o desenvolvimento dos acontecimentos, no entanto, a *Folha* passa a admitir, já no editorial de 03 de dezembro de 2015, a possibilidade de “uma solução pacífica, institucional e democrática – por traumática que possa ser”. O *impeachment* passa a ser uma opção para tirar o país de um impasse político.

A evolução argumentativa da *Folha* chega a um clímax, ou conclusão, em 03 de abril de 2016, quando o jornal impõe que Dilma deve renunciar para “poupar o país do trauma do impeachment”. Conforme vimos, desde novembro de 2014 já se discutia, nos editoriais da *Folha*, o tema da queda da presidente, mesmo que ainda apontando o “desvario” de tal desenlace. Com o passar do tempo, a opinião do jornal deixa de enquadrar o tema como sandice; os textos defendem que, em que pese haver dificuldades para a caracterização irrefutável de crime que justifique o *impeachment*, a presidente, por falta de habilidade política, é incapaz de governar.

Dessa forma, os editorialistas exigem, numa espécie de conclusão editorial, a interrupção do mandato da presidente, que deveria se dar, segundo as palavras de ordem da *Folha*, por meio da renúncia. Por oportuno, neste ponto, evocamos Deleuze e Guattari, quando apontam as “relações imanentes dos enunciados com os atos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 14). A linguagem surge como meio para efetuar atos específicos. No nosso exemplo, a renúncia da presidente, que para ocorrer deve ser verbalizada:

(...) ordenar, interrogar, prometer, afirmar, não é informar um comando, uma dúvida, um compromisso, uma asserção, mas efetuar esses atos específicos imanentes, necessariamente implícitos; (...) são o sentido e a sintaxe da língua que não se deixam definir independentemente dos atos que ela pressupõe (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15).

A alternativa que a *Folha* apresenta aparece-nos como um meio-termo entre o que eles classificam como a “solução traumática” do *impeachment* e a permanência de uma presidente que, mesmo democraticamente eleita, estava dominada e, na prática, impedida de atuar pelo *establishment* político. A Dilma resta, então, de acordo com os editoriais da *Folha*, pedir a palavra e efetuar um ato de fala que se realiza no enunciado, verbalizar perante a nação a renúncia e, assim, deixar definitivamente o cargo que ocupa: “uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17).

De acordo com Deleuze e Guattari, há uma transformação incorpórea que ocorre por meio da linguagem e que imediatamente age sobre os corpos. Os enunciados, segundo o pensamento dos filósofos, tão logo proferidos, causam modificações no corpo social. São exemplos trazidos pelos autores a transformação do acusado em condenado após a enunciação da sentença do magistrado e a transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo pela força da pura enunciação de um padre:

A transformação incorpórea é reconhecida por sua instantaneidade, por sua imediatidade, pela simultaneidade do enunciado que a exprime e do efeito que ela produz; eis por que as palavras de ordem são estritamente datadas, hora, minuto e segundo, e valem tão logo datadas. (...) As palavras de ordem ou os agenciamentos de enunciação em uma sociedade dada - em suma, o ilocutório - designam essa relação instantânea dos enunciados com as transformações incorpóreas ou atributos não corpóreos que eles expressam (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 20).

Portanto, a *Folha*, a despeito de reconhecer em seus editoriais que o *impeachment* não encontra justificativa legal, impõe que Dilma coloque em prática a expressão enunciativa que, conforme pensam Deleuze e Guattari, provocaria uma transformação imediata e prática na sociedade. Após colocar em enunciado sua renúncia — ou seja, ao efetuar um ato linguístico de fala que realiza uma ação —, Dilma passaria de presidente a ex-presidente, graças à instantaneidade das palavras de ordem.

Para resumir a definição da ação transformadora incorpórea da palavra de ordem, que por meio da linguagem causa modificações fora dela, recorreremos novamente a Deleuze e Guattari:

A palavra de ordem é, precisamente, a variável que faz da palavra como tal uma enunciação. A instantaneidade da palavra de ordem, sua imediatidade, lhe confere uma potência de variação em relação aos corpos aos quais se atribui a transformação (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23).

Os editoriais da *Folha* que compõem o *corpus* fizeram uso repetido de termos como "desvario", "remédio constitucional", "remédio amargo", "remédio extremo", "solução traumática". É como se houvesse uma gradação de palavras de ordem na enunciação para suavizar a saída da presidente — de "desvario" passa-se a "remédio" e "solução". Até que, quando a *Folha* decide que Dilma deve renunciar ao cargo, os editorialistas não admitem outra possibilidade: "A presidente Dilma

Rousseff perdeu todas as condições de governar o país". Identificamos, assim, que os enunciados elaborados nos artigos — que devem ser analisados coletivamente — têm o intuito de promover modificações no corpo social, ordenando a realidade para o leitor.

Um tipo de enunciado só pode ser avaliado em função de suas implicações pragmáticas, isto é, de sua relação com pressupostos implícitos, com atos imanentes ou transformações incorpóreas que ele exprime, e que vão introduzir novos recortes entre os corpos (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 24).

Quanto ao *Estado*, apesar de, ainda em 2014, partir de uma perspectiva opinativa similar à da *Folha*, rapidamente passou a construir a ideia da legitimidade do *impeachment*. Essa construção, de fato, em linha com o histórico da empresa e sua diretriz política conservadora, é imposta ao leitor, que viu nos editoriais do período uma sucessão de palavras de ordem pela saída da presidente.

Se, em novembro de 2014, o *Estado* condenou o "desvario golpista dos que querem derrubar Dilma", já aos 15 de março de 2015 o periódico pondera que "impeachment não é golpe", apesar de ser "medida traumática". No mesmo artigo, profetiza: "Tudo tem sua hora - e esta não é a do impeachment", dando a entender que a tal hora estaria chegando.

Um mês depois, em 14 de abril de 2015, o editorial é dedicado a abertamente orientar os partidos de oposição ao governo sobre como conduzir as ações que poderiam levar ao *impeachment*. O espaço opinativo é usado para passar instruções aos deputados: "É aí que deveria entrar a oposição ao governo, no trabalho de levantar e organizar as provas e evidências e convencer a maioria dos parlamentares das duas Casas do Congresso de que o afastamento da presidente é uma imposição da realidade política (...)".

Temos, portanto, que, no espaço de 5 meses (novembro de 2014 a abril de 2015), a opinião do jornal a respeito do *impeachment* salta do "desvario político" para a "imposição da realidade". A partir daí, os editoriais se tornam espaço para uma campanha aberta em prol da derrubada da presidente. Em 07 de julho de 2015, dialogando com atores políticos que lhe interessam, o editorial do *Estado* cita Fernando Henrique Cardoso, ao defender que os partidos de oposição devem "apontar um rumo para o País". O texto, já em meio à campanha opinativa do jornal

pela saída de Dilma, afirma que se o *impeachment* vier a ocorrer, terá sido resultado "da aplicação das medidas constitucionais".

Um mês à frente, em 11 de agosto de 2015, o artigo "Tarde demais" diz ao leitor que "Dilma Rousseff parece que não está realmente entendendo nada". Em 03 de dezembro de 2015, segundo o editorial do *Estado*, o "processo de impeachment resultará, inevitavelmente, no bilhete azul para Dilma Rousseff", em tom irônico e jocoso com a expressão popular "bilhete azul", que denota a demissão de um cargo profissional.

O diálogo com a *Folha* fica bastante evidente quando o *Estado*, no editorial de 07 de abril de 2016 — ou seja, quatro dias após a *Folha* concluir, em editorial publicado na capa, que Dilma deve renunciar —, o jornal dos Mesquita publica artigo com o título "Impeachment é o melhor caminho". Se a *Folha*, ao longo de seus editoriais, tratou do *impeachment* como "remédio", seja "amargo" ou "extremo", o *Estado*, no editorial desse dia, defendeu que "o remédio para a crise não precisa ser inventado: está na Constituição e se chama impeachment".

Podemos identificar, no discurso desses editoriais — que, de fato, são um espaço privilegiado para entendermos a imprensa como poder disciplinador —, um mecanismo de coerção. Gostaríamos de posicionar o discurso da imprensa, em linha com esse raciocínio, como uma forma de controle, assim como Foucault define as disciplinas:

Nas sociedades modernas, os poderes se exercem através e a partir do próprio jogo da heterogeneidade entre um direito público da soberania e o mecanismo polimorfo das disciplinas (...). Na realidade, as disciplinas têm o seu discurso. Elas são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios do conhecimento. São extraordinariamente inventivas no nível dos aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento (...). As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra (...) (FOUCAULT, 2012, p. 293).

Para exercer esse poder disciplinador, que impõe verdades, o *Estado* não economizou no uso de construções carregadas de significação negativa ao referir-se à presidente. Nosso *corpus* está repleto delas: "deplorável esperneio", "vexame", "sandice" e "despautério", todas no editorial de 22 de abril de 2016, são representativas do tom agressivo do conjunto de textos que o jornal publicou até a queda definitiva da presidente.

Essas palavras ou significantes, parte material do signo, são importantes para entendermos a significação que o jornal pretende imprimir no espírito do leitor. Atuam para que o enunciatório admita as conexões mais negativas possíveis a respeito da presidente, tanto de seu profissionalismo quanto de sua personalidade. Assim, o *Estado* trabalha com palavras e expressões eminentemente pejorativas, recorrendo a adjetivos e construções que guiam o leitor à significação que o jornal deseja.

Concluimos essa leitura, assim, reforçando que, se *Folha* e *Estado* tiveram uma marcha desigual em relação à abordagem opinativa do *impeachment*, seus editoriais não deixaram de espelhar tanto o intuito de disciplinar e controlar o leitor quanto a índole das empresas. Os textos expressam suas visões de mundo, suas ideias sobre a função da política e suas respectivas maneiras de participarem do jogo social. Não pretendemos, naturalmente, esgotar as possibilidades de leitura da expressão editorial dos veículos no período proposto. De fato, como dito anteriormente, nosso recorte é seletivo e limitador, mas, defendemos, representativo do pensamento de dois dos principais jornais brasileiros.

Concluimos com a palavra forte de Foucault sobre a necessidade de tomar o discurso em seu caráter violento e arbitrário, exigindo de nós uma postura eminentemente ativa. O poder do discurso, portanto, está no recorte arbitrário que efetua da realidade, e que devemos reconhecer como tal:

(...) não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor. Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade (FOUCAULT, 1996, p. 53).

4 O EDITORIAL NO ÂMBITO DO JORNALISMO

Para situar a discussão teórica que pretendemos realizar neste capítulo, partimos do entendimento geral segundo o qual os editoriais expressam a opinião do jornal — ou, mais precisamente, da empresa que é dona da publicação — sobre os assuntos que o veículo considera como os mais importantes entre os tantos acontecimentos do dia a dia. Esse tipo de texto se situa, de acordo com Melo (2003, p. 25), como gênero da categoria jornalística denominada *jornalismo opinativo*. Essa categoria inclui, além de editoriais, artigos assinados, colunas, crônicas, charges, entre outros textos eminentemente de opinião. A outra categoria, de acordo com o mesmo autor, é chamada *jornalismo informativo* e compreende o relato objetivo das notícias. Os gêneros dessa categoria são: nota, notícia, reportagem e entrevista (MELO, 2003, p. 65).

Essas são, portanto, as categorias pilares do jornalismo, segundo as quais há uma distinção clara entre notícia e opinião. Isso não significa, entretanto, que essa separação seja definitiva. De fato, ela deve ser lida criticamente em suas nuances, tendo em mente a fluidez do processo jornalístico, bem como seu caráter ideológico e de comentário dos fatos:

Em outras palavras: admitir a convivência de categorias que correspondem a modalidades de relato dos fatos e das ideias no espaço jornalístico não significa absolutamente desconhecer que o jornalismo continua a ser um processo social dotado de profundas implicações políticas, onde a expressão ideológica assume caráter determinante. Cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independentemente do artifício narrativo utilizado (MELO, 2003, p. 25).

Pesquisas históricas evidenciam que os textos que viriam a ser identificados como o editorial de um jornal surgem na década de 1780 (HAMLET, 2009), ainda divididos em parágrafos curtos. Guerreiro Neto (2016), ao traçar as origens do editorial, aponta que "no início do século XIX o editorial já tinha uma posição estabelecida em vários periódicos" (2016, p. 94). Nesse período, conforme aponta Beltrão (1980), o editorial ainda era atribuído ao editor do jornal, que assinava o texto e expressava sua opinião pessoal sobre determinado assunto. "Somente tempos depois é que o editorial passou a ser usado para expressar uma opinião representada como de caráter institucional" (ALVES FILHO, 2006, p. 84), abordagem que se tornou padrão na imprensa.

Segundo os professores Camila Mont'Alverne e Francisco Paulo Jamil Marques, "é no editorial que o jornal - de forma explícita - sai de uma condição de imparcialidade (reivindicada na seção de notícias) e assume ter posições acerca dos mais diversos temas de concernência pública" (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015, p. 127). É válido apontar, em conformidade com Guerreiro Neto (2016, p. 96), que não são todos os jornais que publicam editoriais, e que a relevância desses textos, quando publicados, está diretamente relacionada à força dos jornais na sociedade onde circulam.

Analisar a atuação disciplinadora dos jornais por meio de seus editoriais, como nos propusemos a fazer neste trabalho, é uma forma de entender como o jornalismo ganha corpo e interfere na realidade. Esse entendimento é defendido por Guerreiro Neto (2016), em pesquisa sobre os processos de produção dos editoriais de *Folha e Estado*: "o jornalismo, como instituição social e gênero do discurso, é materializado a partir de organizações jornalísticas, que ocupam posições institucionais e discursivas" (GUERREIRO NETO, 2016, p. 92). Logo, os veículos de comunicação — jornais, revistas, *sites*, emissoras de rádio e televisão — constituem a materialização do jornalismo, ao passo que seus editoriais representam um diálogo direto da instituição com a audiência, sem a mediação das notícias.

(...) não cremos que seja necessário prescindir da diferença entre opinião e informação. Diante da coexistência de ambas nos textos jornalísticos, cabe evidenciar as nuances que tornam um gênero mais informativo ou mais opinativo. No editorial, em geral, a opinião aparece bem mais explícita do que na notícia do dia a dia (GUERREIRO NETO, 2016, p. 93).

Azevedo (2005) defende que a compreensão da função dos editoriais decorre da ideia segundo a qual a imprensa é fiscalizadora dos governantes, o "Quarto Poder". Segundo ele, a expressão opinativa é instrumento para o jornalismo exercer de modo mais agudo uma denúncia de algo que não esteja em conformidade com o interesse público.

A ideia da imprensa como um atento cão de guarda (e, às vezes, motivado pelo jornalismo investigativo, como um verdadeiro cão de ataque) se materializa por excelência nas páginas de opinião dos jornais, onde os artigos e as colunas assinadas debatem os temas mais candentes do momento e o editorial define a posição do jornal diante das questões públicas. Deste modo, as páginas opinativas constituem fontes importantes para se apreender e analisar o interesse temático e as formas de enquadramento adotadas pelos jornais em suas abordagens sobre o funcionamento das instituições políticas (AZEVEDO, 2005, p. 08).

Sabemos que narrar fatos e expressar ideais e opiniões são tarefas fundamentais do jornalismo, mas deve-se questionar se ao leitor é oferecida a possibilidade de distinguir qual tipo de texto lhe é apresentado, algo fundamental para a validade do contrato de leitura estabelecido entre o enunciador e o enunciatário.

Os manuais de redação dos principais jornais brasileiros, como *Folha* e *Estado*, dedicam espaço para assinalar que deve haver uma distinção clara entre textos noticiosos e opinativos. O item 10 do Projeto Editorial da *Folha* vai direto ao ponto ao definir que é preciso "estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo".¹²

De fato, cumpre assinalar que essa dicotomia notícia–opinião deve ser problematizada no sentido em que ela surge muito mais como uma ferramenta de classificação e entendimento do campo jornalístico do que como efetiva separação de conteúdos. Melo (2003), que propôs a classificação das categorias informativa e opinativa do jornalismo, aponta que a opinião não está restrita a uma seção específica:

o estabelecer uma fronteira metodológica entre jornalismo informativo e jornalismo opinativo, com a finalidade de situar os gêneros que agrupam unidades redacionais ou 'matérias' que possuem natureza semelhante, (...), não pretendo absolutamente fazer crer que a expressão opinativa (tomada no sentido de direção ideológica) se reduza à segunda categoria (MELO, 2003, p. 73).

A opinião está imbuída em todo o fazer jornalístico, desde a definição de uma pauta, passando pelas perguntas que o repórter faz à fonte até a edição do texto e o destaque que é dado (ou negado) ao conteúdo, seja no jornal impresso, *site* da internet, programa de televisão, rádio ou qualquer mídia através do qual o jornalismo propague sua mensagem, ou seja, a opinião deve ser percebida e identificada tanto no modo de pensar quanto nos produtos que o jornalismo produz.

Com relação a esta questão, Melo afirma: "A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião" (2003, p. 75). Se os editoriais são devidamente identificados e apresentados à audiência como janela opinativa do

¹² PROJETO editorial da Folha. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 mar. 2019. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>>. Acesso em: 28 out. 2019.

jornal, nem sempre é possível afirmar que as notícias e reportagens — ou a parte alegadamente informativa do jornalismo — são desprovidas de viés opinativo.

Dessa forma, saber analisar a expressão opinativa é especialmente relevante para uma leitura abrangente e proveitosa do discurso jornalístico. É necessário entendê-la para que possamos enxergar além do véu de objetividade dos textos jornalísticos — ressaltamos, para essa empreitada, a importância de problematizar a relação entre os interesses privados das empresas detentoras dos veículos de imprensa e a função social do jornalismo de defender o interesse público.

O editorial, espaço opinativo reservado à instituição jornalística, no qual a empresa apresenta suas posições acerca de diversos assuntos, é, provavelmente, o gênero que melhor ilustra a tensão entre interesses públicos e privados no Jornalismo (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015, p. 122).

É importante lançarmos um olhar crítico sobre a questão da expressão opinativa no jornalismo exatamente para melhorarmos a compreensão das tensões que envolvem os enunciados jornalísticos no contexto das sociedades capitalistas. Uma vez que são empresas privadas, os veículos de comunicação precisam arrecadar recursos financeiros para garantir sua existência. Nesse ponto, percebemos o conflito entre a reivindicação do jornalismo de defensor do interesse público e sua necessidade de gerar lucro das empresas jornalísticas.

Não se pode, portanto, descartar a possibilidade de que o processo de confecção das notícias seja afetado pela diretriz ideológica das empresas jornalísticas. Assim, o editorial confere à instituição jornalística maior liberdade, por exemplo, para expressar apoio a governantes, candidatos, partidos ou demandas temáticas específicas, ele também acaba por alimentar a desconfiança sobre o quanto o periódico estaria priorizando o interesse do próprio jornal em detrimento do interesse público (MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2018, p. 225).

É amplamente sabido por pesquisadores e profissionais da área que o jornalismo tem a pretensão de ser uma voz eminentemente coletiva, representativa do conjunto da sociedade perante aqueles que detêm o poder, principalmente na defesa do interesse público e fiscalização dos governantes. Considerando este cenário, a expressão opinativa pode ser entendida como um ponto de conflito com

relação à defesa do interesse público, uma vez que ela é porta-voz de interesses individuais ou de grupos específicos.

Assim sendo, o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana (MELO, 2003, p. 104).

Ao recuperar a definição de editorial de Melo, apontamos a necessidade de aprofundar a questão da natureza do texto: "editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Todavia, a sua natureza de porta-voz da instituição jornalística precisa ser melhor compreendida e delimitada" (MELO, 2003, p. 103).

Um ponto importante — pelo qual passamos rapidamente — a ser aprofundado nesta discussão é a questão da autoria do editorial, a qual, segundo Alves Filho, "tem uma função enunciativa essencial para o funcionamento e circulação dos gêneros" (2006, p. 77). A análise do texto editorial, portanto, exige a percepção atenta da figura do autor: quem fala, nesse tipo de texto, é "a voz de uma empresa ou entidade, havendo deliberadamente o apagamento a qualquer referência que aponte para o redator individual produtor dos textos" (ALVES FILHO, 2006, p. 81).

De Foucault, extraímos a concepção segundo a qual o autor é um "princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência" (FOUCAULT, 1996, p. 26). Argumentamos que esse entendimento é instrumental para a análise da autoria dos editoriais, pois nos dá subsídios para entender que a construção desse tipo de texto ocorre em conformidade com critérios e valores de cada veículo de comunicação.

É válido, registramos, portanto, como se dá a autoria institucional dos editoriais para compreender a identificação que é dada ao leitor que chega à página opinativa. Enquanto as notícias, notas e reportagens são geralmente assinadas pelo jornalista que as produziu, ou em alguns casos apresentadas ao leitor como "da redação" — implicando o envolvimento de diferentes repórteres —, os editoriais são assinados e chancelados pelo próprio jornal que os publica.

Em estudo sobre a autoria institucional nos editoriais de jornais, Alves Filho (2006) assinala que os editoriais constituem um gênero de discurso com

"relativa estabilidade quanto a estilo, tema e estrutura composicional; emanam de uma esfera social de comunicação e nela se desenvolvem - o jornalismo" (2006, p. 84). De acordo com o autor, há algumas características comuns aos textos, a saber, impessoalidade, institucionalização, ausência de assinatura e de elementos biografizantes, uso da variedade formal da língua, coerência enunciativa, argumentação eloquente, entre outras (ALVES FILHO, 2006).

Sobre a coerência enunciativa, Alves Filho afirma que "não é incomum encontrar editoriais publicados em épocas distintas e motivados por acontecimentos diversos, mas que expressam uma mesma posição enunciativa global" (ALVES FILHO, 2006, p. 87). Nosso estudo sobre a *Folha* e o *Estado*, apresentado nesta Dissertação, corrobora esse entendimento sobre a coerência da posição enunciativa dos editoriais em relação ao histórico opinativo dos jornais. Enquanto a *Folha*, principalmente a partir dos anos 1980, se apresenta como apartidária e intelectualizada, o *Estado*, desde seu surgimento, exprime, em suas opiniões, a ligação com a política conservadora paulista.

As páginas editoriais da *Folha* e do *Estado* trazem, no topo, informações sobre a propriedade dos jornais, dando nomes a seus presidentes e principais executivos. É onde os sobrenomes Frias e Mesquita, respectivamente, aparecem reiteradamente em funções tanto administrativas quanto da hierarquia da redação. Na *Folha*, o editorial vem na página A2, ou seja, à esquerda; já no *Estado* a seção, intitulada "Notas & Informações", fica na página A3, à direita. A *Folha* publica dois editoriais diariamente, na internet a página vem identificada com o descritivo "o que a Folha pensa". No *Estado*, que publica todos os dias três editoriais na página A3, além de um editorial econômico na página B2 (caderno Economia & Negócios), os artigos são identificados pelo brasão do jornal.

Além da empresa detentora da propriedade do jornal, há de se enxergar, no editorial, a autoria compartilhada dos acionistas, investidores, anunciantes e, vale ressaltar, das elites econômica e política que compõem o universo social ao qual o texto é dirigido.

Se os editoriais são devidamente apresentados à audiência como expressão da opinião dos veículos de comunicação — e isso deve ser ressaltado —, fica a sensação de que os interesses que levam à formulação de tais opiniões não são comunicados ao público. O editorial, dessa forma, expõe apenas a síntese de

uma opinião formada a partir de diversos interesses, principalmente políticos e econômicos, de determinado grupo social.

De fato, é fundamental compreender que, apesar de ser o guia condutor, não é apenas a opinião dos donos das empresas que são veiculadas pelos editoriais: "o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização" (MELO, 2003, p. 104). Assim, o editorial deve ser tomado como um aglutinador das opiniões e anseios do setor social do qual os donos do jornal fazem parte.

Essa perspectiva não diminui a importância estratégica dos editoriais para o entendimento da articulação política das empresas de comunicação; muito pelo contrário, ao ouvir, nos editoriais, a voz dos donos das empresas, podemos efetuar uma leitura mais qualificada e atenta de todas as seções dos jornais. A materialidade do texto contém a voz judiciosa daqueles que detêm o poder em uma sociedade: "por não dialogar diretamente com os leitores, os editoriais conferem aos seus próprios temas e posições enunciativas um acentuado tom de verdade" (ALVES FILHO, 2006, p. 87).

Não há no editorial o objetivo de dialogar com o leitor para que se chegue a algum tipo de consenso; antes, o que se observa é uma argumentação de mão única que não faz concessões, não admite posição contrária e, dessa forma, impõe um discurso de autoridade.

Como a palavra não é passada diretamente ao leitor, o que se busca é que ele aceite a orientação argumentativa apresentada e, conseqüentemente, alinhe-se à posição enunciativa defendida pelo jornal - nesse sentido, a interação é tensa. Em outras palavras, a autoria no editorial confere autoridade à empresa jornalística para que ela assuma uma posição e a defenda como uma verdade (ALVES FILHO, 2006, p. 87).

Apontar que há uma perspectiva a partir da qual os editoriais representam um ponto de tensão entre o interesse público idealmente defendido pelo jornalismo e a opinião particular dos donos dos veículos de comunicação é importante para mantermos uma visão crítica sobre o conteúdo dos artigos. Dessa forma, afirmamos, em consonância com Melo (2003), que os editoriais constituem um espaço de contradições no sentido em que se dirigem à coletividade, mas carregam interesses individuais.

A leitura dos editoriais de jornais evidencia, segundo Melo (2003, p. 105), que as instituições jornalísticas têm o intuito de impor aos dirigentes do Estado como devem ser orientados os assuntos públicos. Essa imposição, no entanto, não está a serviço do interesse público, como seria de se supor tendo em vista o discurso jornalístico.

E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de 'coação' ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. Esta é a nossa percepção do editorial na imprensa brasileira (MELO, 2003, p. 105).

A estrutura argumentativa do editorial busca o convencimento de que o tema apresentado é relevante e importante de ser discutido. Ou seja, os editoriais podem ser, também, um chamado à ação (...). Os editoriais procuram conferir, portanto, um tom de verdade aos próprios temas e às posições adotadas (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015, p. 129).

Os pesquisadores Fernando Azevedo e Vera Lucia Chaia, em trabalho sobre os editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* que trataram do Senado no período de 2003 a 2004, afirmam que "as páginas opinativas constituem fontes importantes para se apreender e analisar o interesse temático e as formas de enquadramento adotadas pelos jornais em suas abordagens sobre o funcionamento das instituições políticas" (AZEVEDO; CHAIA, 2008, p. 180).

Ademais, devemos trazer à luz a função político-mercadológica dos editoriais, no sentido em que eles também cumprem o papel de diferenciar os veículos de comunicação entre si. É na constante reafirmação de seus princípios conservadores nos editoriais, por exemplo, que *O Estado de S. Paulo* reivindica para si a posição de porta-voz da parcela da sociedade que se identifica com esses ideais e, assim, pretende se diferenciar dos concorrentes, como a *Folha de S. Paulo*. O periódico dos Frias, por sua vez, ao expressar seu compromisso com o pluralismo, apartidarismo e independência, busca se tornar o jornal dos leitores que comungam com esses princípios.

Assim, o editorial também tem a prerrogativa de destacar a empresa como líder de opinião - seja para seus leitores, para políticos, para agentes econômicos, para jornalistas ou, mesmo, para jornais de menor porte, que costumam se espelhar nos quality papers (MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2018, p. 226).

O editorial é o espaço nobre por excelência para a expressão dos assuntos que o jornal considera como prioritários, sendo que até a diagramação desse texto, em destaque na página, denota a condição especial. Nesse sentido, podemos argumentar que o filtro que regula a definição de temas a serem tratados no editorial é o mais rigoroso e restrito dos veículos de comunicação — muito mais rígido do que aquele aplicado na seleção das notícias, por exemplo. Tomando a teoria do *gatekeeping* (SHOEMAKER; VOS, 2011) como referencial, e considerando o espaço limitado dos textos editoriais, temos que o guardião do portão do editorial é o mais seletivo possível, deixando passar apenas os assuntos de extrema importância para o jornal.

Um dos resultados dessa postura é que se atribui grande relevância às questões tratadas nos editoriais dos jornais. Em nossa pesquisa, como vimos no capítulo anterior, pudemos perceber como o *impeachment* de Dilma Rousseff praticamente monopolizou a atenção dos editorialistas de *Folha* e *Estado*, algo que certamente contribuiu para sustentar o assunto por quase dois anos na pauta da sociedade brasileira.

Neste ponto, é importante dedicar nossa atenção a referenciar estudo que demonstrou como são construídos os editoriais dos referidos jornais. Guerreiro Neto (2016) analisou as rotinas da produção editorial de *Folha* e *Estado*, dedicando atenção especial aos editorialistas de cada jornal. Essa função, nas duas publicações, é responsabilidade do editor de opinião, "que participam de todo o processo e, assim, podem detalhar as etapas da construção da opinião" (GUERREIRO NETO, 2016, p. 97).

A pesquisa de Guerreiro Neto mostrou que tanto na *Folha* como no *Estado* os temas dos editoriais são definidos após conversa (telefônica ou presencial) dos editores de opinião — esse cargo é reservado a jornalistas com ampla experiência e conhecimento da linha editorial do veículo — com membros das famílias proprietárias das empresas. Os Mesquita e os Frias são consultados por seus respectivos editores de opinião seja na definição da pauta editorial, ainda no começo do dia, seja para a leitura e aprovação do texto final que será publicado no dia seguinte. Em muitos casos, conforme Guerreiro Neto (2016, p. 97), a consulta é dupla, vai desde a escolha da pauta macro no começo do expediente até a revisão fina do texto pronto.

Por mais que haja troca de ideias e discussões, a decisão do dia a dia sobre os editoriais na Folha compete ao editor de opinião e ao diretor de redação. Também no Estado, passada a discussão nas reuniões, quem decide são o editor e o diretor. Em alguns casos, o corpo do editorial pode ser praticamente ditado pelo editor (GUERREIRO NETO, 2016, p. 98).

Temos, dessa forma, a materialização da autoria institucional, personificada nas figuras dos membros das famílias detentoras da posse dos jornais. É tão forte a questão de a opinião editorial representar diretamente o pensamento dos donos das empresas, que eles próprios estão no topo das estruturas jornalísticas e administrativas dos jornais e, assim, colocam os assuntos que bem desejam em destaque.

Entender a identidade editorial de cada periódico, portanto, é uma tarefa que passa necessariamente pelo conhecimento do pensamento dos donos das empresas. Impresso nas páginas editoriais — o que não significa dizer que não está, também, nas páginas noticiosas — esse pensamento, seja dos Mesquita ou dos Frias, é nitidamente representativo dos anseios e *modus operandi* da elite brasileira.

Apesar de algumas diferenças, especialmente no tocante ao nível de envolvimento político, o pensamento das famílias donas da imprensa paulista converge na defesa do liberalismo econômico, de uma sociedade com Estado mínimo e na manutenção da estratificação que marca a sociedade brasileira, altamente desigual e injusta. O posicionamento editorial de *Folha* e *Estado* acerca do *impeachment* de Dilma, apesar de distinto na forma, igualou-se no conteúdo ao pregar a necessidade de saída da presidente.

A reflexão teórica sobre o que é editorial e qual é sua função, por fim, nos faz compreender, tendo o estudo de caso dos jornais paulistas como ilustração pontual, que o jornalismo opinativo é instrumento para a reiteração da autoridade de uma elite acostumada a impor sua vontade. É o poder do discurso em sua materialidade, agindo de forma disciplinadora e restritiva.

Concluimos este capítulo, assim, registrando que o caráter disciplinador dos editoriais é extremamente direcionado. Todas as pesquisas sobre níveis de leitura dos cadernos dos jornais mostram que aqueles que leem o editorial são minoria — a massa de leitores está mais interessada nas notícias de esportes, celebridades, violência, entre outros assuntos de consumo mais rápido. No entanto, aqueles que leem os editoriais, como vimos, compõem a elite econômica e política

do país, como os jornalistas Carmo Chagas, José Maria Mayrink e Luiz Adolfo Pinheiro expõem:

São pouquíssimos os leitores de editoriais, mas aprendi que eles são escritos exatamente para esses pouquíssimos leitores. Os empresários mais sólidos, os políticos mais perspicazes, os economistas mais consistentes, os intelectuais mais atentos constituem a elite interessada na opinião que aparece todo dia na imprensa (CHAGAS; MAYRINK; PINHEIRO, 1992, p. 58).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo precípua do presente trabalho foi examinar como o posicionamento editorial dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff, por meio de seus textos opinativos principais, pode ser lido sob a luz das questões de comando e dirigismo formuladas principalmente por Foucault. Também recorreremos a Deleuze e demais estudiosos e teóricos que dedicaram atenção ao jornalismo e ao funcionamento da imprensa.

Os conteúdos apresentados e discutidos neste estudo nos permitem afirmar que os dois jornais analisados fizeram uso de seus editoriais para impor a necessidade de saída da presidente. Como foi exposto ao longo da Dissertação, *Folha* e *Estado* pautaram a possibilidade de derrubada da presidente em seus editoriais ainda em 2014, mesmo para, naquele momento, rechaçar tal ideia.

Como vimos, a construção argumentativa dos jornais logo se distanciou da abordagem da queda da presidente como absurda. Optou-se, portanto, pela construção de um caminho que justificava a retirada de Dilma da cadeira presidencial. Esse caminho foi trilhado de maneira diferente pelos jornais, mas culminou na afirmação categórica, por ambos, de que Dilma deveria cair — para a *Folha*, pela renúncia; para o *Estado*, pelo *impeachment*.

Os textos analisados são instrumentais para o entendimento da atuação do poder por meio do discurso e nos fornecem subsídios para qualificar nossa leitura dos conteúdos jornalísticos. Nesse quesito, é importante reforçar que paira sobre os editoriais a sombra dos donos das empresas que detêm a posse dos jornais — esse discurso, portanto, se origina no centro do poder econômico e político do estado de São Paulo.

Nosso trabalho encontra consonância em outros estudos recentes que também têm o *impeachment* de Dilma como objeto e que também constataram pontos que apresentamos nesta Dissertação. Marques, Mont'Alverne e Mitozo (2018), dessa forma, também apontam a precocidade da colocação do *impeachment* na pauta editorial dos jornais:

No que concerne ao agendamento do processo político em tela nos editoriais dos periódicos analisados, verifica-se que o afastamento de Dilma já vinha sendo discutido por *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* antes de o processo de *impeachment* ter início nas arenas institucionais (MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2018, p. 238).

Os dois jornais, mesmo que em níveis diferentes, construíram marchas argumentativas que impuseram ao leitor a necessidade urgente de interrupção do mandato presidencial. Retomando a pergunta que norteou o trabalho, a saber, de que modo a argumentação dos jornais, em seus editoriais, construiu a tese do *impeachment*, e como ela pode ser vista com relação à índole das empresas, entendemos que é possível afirmar que *Folha* e *Estado* fizeram jus ao seu histórico de atuação política em prol de interesses próprios nos artigos editoriais.

Quando apresentamos episódios marcantes da vida de cada jornal, no segundo capítulo, pudemos observar que, nos momentos mais agudos da vida nacional, os jornais sempre optaram por defender a linha ideológica das elites, principalmente a econômica. Mesmo quando suas posições favoreceram a implantação de um regime ditatorial, como a ditadura militar que teve início em 1964, os jornais seguiram (e seguem) atrelados a interesses privados.

Por meio dos editoriais, pudemos notar que *Folha* e *Estado* buscam se afirmar como detentores da verdade, mas omitem os interesses que os levam a construir seus discursos. Se são honestos ao expor visualmente ao leitor suas páginas opinativas, deixam de apresentar as motivações para suas opiniões, ou as escondem sob a justificativa de falar em nome do interesse público.

Nossa pesquisa evidenciou, ainda, que o editorial está fortemente atrelado a um posicionamento político. O espaço se apresenta como plataforma para os veículos defenderem ideais políticos, além de econômicos, por meio de enunciados fortes que pretendem estabelecer a ordem das coisas. É uma mensagem dos proprietários dos jornais aos donos do poder político, como mostra Melo:

O editorial tem uma singularidade: estruturalmente, reproduz um modelo universal do discurso aristotélico; funcionalmente, orienta-se não como bússola da opinião pública e sim como conversação (ora matreira, ora ostensivamente ameaçadora) com os donos do poder (MELO, 2003, p. 180).

Neste sentido, afigura-se como comunicação entre os donos do poder econômico e os detentores do poder político. É assim que o vimos, conforme Foucault, em sua função de disseminação da força disciplinadora do poder, no sentido em que se apresenta como um discurso violento repleto de injunções. O

editorial carrega a sanha soberana de um grupo que pretende ordenar a sociedade de acordo com seus interesses. Para os jornais, o editorial é uma forma de institucionalizar suas opiniões, e aos leitores resta saber identificar essa ambição de poder.

Podemos argumentar que há, no discurso impositivo e disciplinador dos editoriais, o objetivo de desqualificar opiniões contrárias. Mais do que afirmar a opinião dos jornais sobre determinado assunto, portanto, procura-se eliminar as posições contrárias, colocando-as em posição inferior. Esse entendimento vem na esteira da crítica de Foucault ao discurso científico como fonte de deslegitimação de outros saberes:

(...) não se deve antes interrogar sobre a ambição de poder que a pretensão de ser uma ciência traz consigo? As questões a colocar são: que tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem 'é uma ciência'? Que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem 'menorizar' quando dizem: 'Eu que formulo esse discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista'? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar para separá-la de todas as numerosas, circulantes e descontínuas formas de saber? (FOUCAULT, 2012, p. 269).

A manifestação da opinião no jornalismo — que analisamos, neste trabalho, a partir do estudo específico dos editoriais de *Folha* e *Estado* que trataram do *impeachment* de Dilma Rousseff — é materializada em um discurso eminentemente disciplinador. Há uma preocupação em controlar a significação dos acontecimentos e apresentar como deve ser a ordem correta da sociedade.

Para impor a ordem política que desejavam, os jornais enquadraram o governo de Dilma como disfuncional, incompetente e paralisado devido à incapacidade da mandatária. Mesmo antes de tomar posse, o cenário já estava montado para a apresentação da tese do *impeachment*; as dificuldades do governo serviram como reforço para a argumentação dos jornais.

Apoiando-nos na teorização de Foucault, argumentamos que os editoriais podem ser lidos como expressão de uma "vontade de verdade", pois carregam o peso de um discurso essencialmente normatizador e excludente. Vejamos como Foucault assinala a pressão exercida por esse tipo de discurso:

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos - estou sempre falando de nossa sociedade - uma espécie de pressão e como que um poder de coerção (FOUCAULT, 1996, p. 18).

De acordo com essa perspectiva, argumentamos que o jornalismo efetua a "distribuição institucional" que Foucault aponta como fundamental para a disseminação da vontade de verdade. Dessa forma, o jornalismo surge como a instância legitimadora e propagadora de um tipo de discurso, ao passo que o editorial é a materialização — ele traz a vontade de verdade do jornalismo ao mundo e solidifica sua ambição de ordenar e controlar a realidade.

Evidentemente, há muitos outros procedimentos de controle e delimitação do discurso (FOUCAULT, 1996, p. 21), e mesmo o jornalismo possui outras estratégias, além da expressão opinativa, para efetuar sua ambição controladora. Nosso estudo, no entanto, tendo em mente a inegável complexidade do assunto, optou por uma análise restrita aos editoriais.

Com a investigação apresentada aqui, ambicionamos ter produzido um estudo que, além de aprofundar o entendimento da função dos editoriais, possa ter aberto o caminho para novas análises da manifestação opinativa no jornalismo, ampliando o entendimento de um discurso tão importante. De fato, permeando as sociedades há séculos, o jornalismo é um fenômeno universal, fruto da comunicação coletiva e essencial para a compreensão da construção de discursos.

Que o jornalismo, em suas diversas representações, siga como objeto de atenção das pesquisas em Comunicação para que possamos tentar elucidar questões cada vez mais complexas sobre a geração e transmissão de informações e opiniões.

Fica, também, a reflexão acerca de como será o papel do editorial em meio à crescente fluidez das mídias, cada vez mais velozes e efêmeras. Se é fundamental compreender que o jornalismo articula-se necessariamente com os veículos que propagam suas mensagens, segue-se que esses veículos passam por transformações tecnológicas que impõem novos desafios aos conteúdos comunicados.

Parece-nos que é fundamental entender como se dará a dinâmica entre informação e opinião nesse contexto líquido que Zygmunt Bauman apontou como grande característica da sociedade moderna. Os desafios parecem enormes — a instantaneidade das novas mídias é praticamente inalcançável, tudo acontece a todo tempo e acompanhar é tarefa hercúlea. Do mesmo modo que a velocidade foi elevada à última potência, também a síntese é fundamental para o consumo de conteúdo.

Dos textos de até 140 caracteres aos vídeos instantâneos das redes sociais, tudo é expresso com muita pressa. Cumpre, principalmente a estudiosos, pesquisadores ou interessados na área, acompanhar como o jornalismo vai aliar e/ou distinguir opinião e informação numa sociedade que caminha tão rapidamente e com passos tão firmes para o incerto.

REFERÊNCIAS

Artigos

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Revista Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006.

AMARAL, Márcia Franz. **Fontes jornalísticas**: o lugar de fala do cidadão. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador, 2002.

AZEVEDO, Fernando. **Imprensa e legislativo**: os editoriais da Folha de S. Paulo sobre o Senado (2003-2004). Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e Política". Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação- COMPÓS. Niterói, 2005.

_____; CHAIA, Vera Lucia. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n. 1, p. 173-204, 2008.

BROWN, Jane Delano; BYBEE, Carl R.; WEARDEN, Stanley T.; STRAUGHAN, Dulcie Murdock. Invisible power: newspaper news sources and the limits of diversity. **Journalism Quarterly**, v. 64, n. 1, p. 45-54, 1987.

CHAGAS, Luan José Vaz. Entre fontes e jornalistas: interesses e disputas na cobertura do impeachment da presidenta Dilma Rousseff no radiojornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, vol. 14, n. 1, p. 76-88, 2017.

CRESTANI, Luciana Maria. Sincretismo de linguagens e efeitos de sentido no jornalismo on-line. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 456-474, jul./dez., 2014.

FAUSTO NETO, Antônio. Dos circuitos à sentença: o impeachment de Dilma Rousseff no ambiente da circulação midiaticizada. **Revista Mediaciones de la Comunicación**, Montevideo, v. 11, p. 97-111, 2016.

FRANÇA, Vinícius. **Impeachment de Collor e agenda de governo em editoriais da grande imprensa**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

GUERREIRO NETO, Guilherme. Da opinião à identidade: características do editorial em dois jornais brasileiros. **Sobre Jornalismo** v. 5, n. 2, p. 92-105, 2016.

LO PRETE, Renata. Jornalismo de uma fonte só. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, n. 25.603, 9 mai. 1999. Brasil, p. 6.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. **The Public Opinion Quarterly**. Oxford, vol. 36, n. 2, pp 176-187, 1972.

MEDITSCH, Eduardo; SEGALA, Mariana. Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias no principal telejornal brasileiro. **PRISMA.COM: Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação**, Porto, n. 1, p. 17-42, 2005.

MARQUES, Francisco; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele. A empresa jornalística como ator político: um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatorio Journal**, v. 12, n. 3, p. 224-245, 2018.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco. A opinião da empresa no jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 1, p. 121-137, 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. **Intexto**, Porto Alegre, RS, v. 2, n. 17, p. 1-25, jul./dez. 2007a.

_____. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS)**, v. 1, n.1, dez., p. 1-26, 2004.

POSSENTI, Sírio. Diferenças condensadas em palavras. **Revista Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1075-1099, 2016.

RESENDE, Fernando. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 14, p. 81-93, dez. 2007.

_____. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009.

SILVA, Carla. A Carta ao Leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais. **INTERCOM - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 89-107, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. Diários portugueses: que espaço para o cidadão comum. **Biblioteca Online de Ciências da Computação**. Porto, 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-diarios-portugueses1.html>
=Acesso em: 28 de out. 2019.

VAN DIJK, Teun. **Opinions and ideologies in editorials**. Artigo para o 4º Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso, Atenas, 1996.

Artigos e/ou matérias de jornal

A PROVÍNCIA de São Paulo. Capa. São Paulo, n.1, 4 de jan. 1875, p. 01.

FOLHA de S. Paulo. **Banditismo**. São Paulo, n. 15.438, 22 de set. 1971, p. 01.

_____. **Cedo ou tarde demais.** São Paulo, n. 31.392 (da edição), 15 mar. 2015. Editoriais, p. A2.

_____. **De março a abril.** São Paulo, n. 31.422, 14 abr. 2015. Editoriais, p. A2.

_____. **Desconcerto.** São Paulo, n. 31.536, 06 ago. 2015. Editoriais, p. A2.

_____. **Dilma mudando.** São Paulo, n. 31.264, 07 nov. 2014. Editoriais, p. A2.

_____. **Dilma reage.** São Paulo, n. 31.507, 08 jul. 2015. Editoriais, p. A2.

_____. **Esses não se omitiram.** São Paulo, n. 12.272, 21 jan. 1963. Capa, p. 1.

_____. **Governo investe contra soluções mágicas.** São Paulo, n. 26.333, 08 maio 2001. p. C6.

_____. **Nem Dilma nem Temer.** São Paulo, n. 31.777, 03 abr. 2016. Editorial, p. A1.

_____. **O vício contra o vício.** São Paulo, n. 31.655, 03 dez. 2015. Editorial, p. A2.

_____. **Para quê?** São Paulo, n. 12.690, 14 mar. 1964. Editorial, p. 04.

_____. **Por eleições diretas.** São Paulo, n. 19.716, 27 mar. 1983. Opinião, p. 02.

_____. **São Paulo parou ontem para defender o regime.** São Paulo, n. 12.696, 20 mar. 1964. p. 01.

_____. **Sem Bananas.** São Paulo, n. 31.555, 25 ago. 2015. Editorial, p. A2.

_____. **Um só nome para os nossos três jornais.** São Paulo, n. 10.950, 1º jan. 1960. Editorial, p. 03.

O ESTADO de S. Paulo. **Desrespeito à democracia.** São Paulo, n. 44.226, 18 nov. 2014. Notas e Informações p. A3.

_____. **Dilma leva um pito.** São Paulo, n. 44.747, 22 abr. 2016. Notas e Informações, p. A3.

_____. **Impeachment é o melhor caminho.** São Paulo, n. 44.732, 07 abr. 2016. Notas e Informações, p. A3.

_____. **Instituições em frangalhos.** São Paulo, n. 28.737, 13 dez. 1968. Notas e Informações, p. 03.

_____. **O medo vence a esperança.** São Paulo, n. 44.606, 03 dez. 2015. Notas e Informações, p. A3.

_____. **O não a Dilma persiste.** São Paulo, n. 44.373, 14 abr. 2015. Notas e Informações, p. A3.

_____. **O paulista e a Nação em perigo.** São Paulo, n. 27.274, 21 mar. 1964. Notas e Informações, p. 03.

_____. **O perigo dos radicais.** São Paulo, n. 28.738, 14 dez. 1968, p. A3.

_____. **O significado maior de uma vitória.** São Paulo, , n. 27.263 (da edição), 02 abr. 1964. Notas e Informações, p. 03.

_____. **Salvar as instituições.** São Paulo, n. 35.302, 17 mar. 1990. Notas e Informações, p. 03.

_____. **Sobre o despudor democrático.** São Paulo, n. 44.457, 07 jul. 2015. Notas e Informações, p. A3.

_____. **Tarde demais.** São Paulo, n. 44.492, 11 ago. 2015. Notas e Informações, p. A3.

_____. **Tudo tem sua hora.** São Paulo, n. 44.343, 15 mar. 2015. Notas e Informações, p. A3.

Artigos e/ou matérias de jornal em meio eletrônico

BORGES, Rodolfo. Em discurso duro e pouco conciliador, Aécio dá o tom da oposição. **El País Brasil.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/05/politica/1415218131_581862.html>. Acesso em: 08 mar. 2019.

Dissertações e teses

ALENCAR, Jackson Ferreira de. **Jornalismo partidarizado:** a Folha de S. Paulo nas eleições de 2010 e seus contrapontos na blogosfera. 2011. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

CRUZ, Luciano Domingos da. **Memórias de Jornalistas:** narrativas de profissionais da grande imprensa sobre a eleição, o governo e o impeachment de Fernando Collor. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, 2013.

ELEGÂNCIA, Edgar Ednadygarra Leite. **Quando a mídia vira escândalo:** a cobertura dos casos Alcení Guerra e Ibsen Pinheiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

FERNANDES, Eric. **Referenciação e opinião:** o impeachment de Dilma Rousseff. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017.

RESENDE, Fernando. **O olhar às avessas – a lógica do texto jornalístico**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

Livros

AB'SABER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.

ABRAMO, Cláudio (Org.) **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

ARAÚJO, Bruno; GUAZINA, Liziane; PRIOR, Hélder (Orgs.). **(Des)construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**. Florianópolis: Insular, 2019.

BARTHES, R. **Ensaaios críticos**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Introdução: o jornalismo ordenador. In: GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.

CARDOSO, Irene. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Cortez, 1982.

CHAGAS, Carmo; MAYRINK, José Maria; PINHEIRO, Luiz. **Três vezes trinta: os bastidores da imprensa brasileira**. São Paulo: Best Seller, 1992.

CHAUI, Marilena. Ética e violência. **Teoria & Debate**, n. 39, out, 1998.

COELHO NETTO, José Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 1995.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2003.

_____. **Ética e jornalismo: uma cartografia dos valores**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

HARCUP, Tony. **Journalism: principles and practices**. Londres: Sage Publications, 2009.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MANUAL da Redação: Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2018.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Mediacriticism ou o dilema do espetáculo de massas*. In: PRADO, José Luiz Aida (Org.). **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978**. São Paulo: Global Editora, 1980.

MATOS, Heloíza. A política como entretenimento: uma visão do espetáculo midiático. In: BARROS FILHO, Clóvis de. **Comunicação na pólis: ensaios sobre mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2002.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007b.

OLIVEIRA, Edson Correia de. Entre o fato e a informação, o valor da notícia: um estudo do discurso jornalístico a partir dos valores-notícia. In: SANTOS, Marcelo;

SERGL, Marcos Júlio; SILVA, Lourdes (Orgs.). **Comunicação, mídia e sociedade**. São Paulo: Intermeios, 2015.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2013.

_____. (Org.). **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PRADO, José Luiz Aidar; PRATES, Vinicius. O significante 'povo brasileiro' na crise política do impeachment de Dilma Rousseff. In: ARAÚJO, Bruno; GUAZINA, Liziane; PRIOR, Hélder (Orgs.). **(Des)construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**. Florianópolis: Insular, 2019.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTAELLA, Lucia; WINFRIED, Nöth. **Comunicação e semiótica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

SHOEMAKER, Pamela; VOS, Tim P. **Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia**. Porto Alegre: Penso, 2011.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Vol. 1. Florianópolis: Editora Insular, 1993.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality**. Nova York: The Free Press, 1978.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2018.

Sites

IMPEACHMENT de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Senado Federal**. Brasília, 28 de dez. de 2016a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 27 out. 2019.

IMPEACHMENT de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Senado Notícias**. Brasília, 28 dez. 2016b. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>> Acesso em: 21 set. 2019.

PROJETO editorial da Folha. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 mar. 2019.
Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>>. Acesso em: 28 out. 2019.